

UEMS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ALAN ROCHA VAREIRO

**ASPECTO SÓCIOECONÔMICO DO DISTRITO DE BOQUEIRÃO
JARDIM-MS**

JARDIM
2013

ALAN ROCHA VAREIRO

**ASPECTO SÓCIOECONÔMICO DO DISTRITO DE BOQUEIRÃO
JARDIM-MS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de ensino de Jardim, como parte das exigências para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof^o. Msc. Elvis dos Santos Mattos.

JARDIM - MS
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ALAN ROCHA VAREIRO

ASPECTO SÓCIOECONÔMICO DO DISTRITO DE BOQUEIRÃO JARDIM-MS

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, pela seguinte banca.

Orientador:

Profº. Msc. Elvis dos Santos Mattos
Universidade do Mato Grosso do Sul - UEMS

Profº. 1.
Universidade do Mato Grosso do Sul - UEMS

Profº.2.
Universidade do Mato Grosso do Sul - UEMS

Jardim, 11 de novembro de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família por sempre estar do meu lado. Aos meus amigos que me apoiaram durante essa caminhada, me incentivando e dando conselhos. E a toda comunidade do Distrito de Boqueirão pela compreensão sobre a importância desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter me dado a oportunidade de cursar um ensino superior e ter colocado todas as pessoas em meu caminho que me fizeram ser a pessoa que sou hoje.

Agradeço a minha mãe Cleusa Rocha Vareiro e meu pai Valmir Cardoso Vareiro por nunca ter desistido de mim e ter acreditado em meu potencial, fazendo de tudo para sempre me manter estudando e buscando meu melhor.

Agradeço ao meu irmão Tulio Rocha Vareiro por me dar motivos para superação de meus obstáculos, almejando da melhor forma ser um exemplo de irmão para ele.

Agradeço aos meus familiares, a todos meus avôs, avós, primos, primas, tias, tios e em especial ao meu tio Valter Cardoso Vareiro que me ajudou a concretizar meus objetivos de pesquisa.

Agradeço ao meu amigo Djimi Robert por ter me ajudado nesses últimos seis meses da minha vida acadêmica, por ter me ouvido, ajudado e sanado dúvidas referentes a elaboração desse trabalho, além de ser uma pessoa maravilhosa que terá sempre minha admiração e respeito. Sempre serei seu freguês de Lagunão cativo.

Agradeço aos meus amigos que são muitos por isso não vou citar todos, mas em especial aos amigos de faculdade, José Kennedy, Carlos, Marciele, Oscar, Nádia, Stefanniely, Tati, Gleise, Tomas, Kenerson, Jandir, etc. Amigos de festinhas, Samara, Rayner, Marcinha, Renato, Marcelo, Nany, Valdenir, Junior, Thaís, entre outros. Desculpa os outros não citados mas que fazem parte da minha vida.

Agradeço em especial ao meu amigo Nixon Eduardo Vieira, esse não é apenas um amigo, mas sim um irmão que adquiri nesses quatro anos de academia, só tenho agradecimentos por tudo que tem feito por mim nas horas difíceis, entrega de trabalhos, atividades não feitas e seminários de última hora. Sempre tivemos alguns atritos, mas sempre superados. Carlos (Carlinhos ou Puxa para os mais íntimos),

você também tem um grande valor para minha vida, sempre me ajudou, me incentivou e simplificou coisas que pareciam absurdas. Resumindo, vocês sempre serão grandes amigos, que Deus ilumine suas vidas.

Agradeço a Samara Lopes de Souza pelo seu companheirismo, amizade, afeto, ternura e simplicidade. Tenho só elogios, sempre me fez acreditar que tudo é possível tendo perseverança e força de vontade. Fez-me sorrir nos momentos difíceis dessa jornada, espero ter você sempre por perto.

Agradeço aos meus professores pelo ensino e dedicação decorrente destes quatro anos de graduação.

Agradeço ao meu orientador Elvis dos Santos Mattos que me auxiliou nos momentos difíceis deste trabalho, apoiando e fazendo prevalecer seu espírito de educador não me deixando desanimar frente às dificuldades.

EPIGRAFE

Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos, requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas no nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade.

Milton Santos

RESUMO

A pesquisa é voltada para comunidade do Distrito de Boqueirão, fazendo uma análise geográfica a respeito de seus aspectos socioeconômicos, explorando de forma sistemática as questões pertinentes à situação atual do Distrito em concretizar seu perfil socioeconômico, buscando entender o Plano Diretor Municipal Participativo em relação ao distrito a ser pesquisado e os problemas enfrentados pelos moradores do local. A pesquisa irá conter questionários, entrevistas informais, levantamento de dados bibliográficos referentes à construção do espaço tendo um recorte da Região Centro Oeste, estado do Mato Grosso do Sul, Município de Jardim e Distrito de Boqueirão. Não serão considerados apenas elementos internos para avaliar as diretrizes da construção do lugar, mas sim as análises e estudo de uma forma crítica construtivo, agregando valores dos fenômenos externos e deixando o lugar como construção socioespacial e não apenas vivido, apresentando dados para o melhor entendimento sobre o local, buscando o desenvolvimento da comunidade juntamente com o Município.

Palavras-chave: Distrito de Boqueirão. Comunidade. Sócioeconômico. Plano Diretor.
Construção do Espaço

Abstrat

The research community is facing the District of Boqueirão, making a geographical analysis regarding their socioeconomic aspects , systematically exploring issues relevant to the current situation in the District realize its socioeconomic profile , seeking to understand the Participatory Municipal Master Plan in relation to district to be searched and the problems faced by local residents. The research will include questionnaires , informal interviews , survey of bibliographic data for the construction of space with a cutout of the Midwest Region , state of Mato Grosso do Sul , Jardim and follows the District of Boqueirão . Not be considered only internal elements to evaluate the guidelines of the construction of the place , but the analysis and study of a critically constructive , adding values of external phenomena and leaving the place as socio building not just lived , presenting data to better understand on the site , seeking community development with the municipality .

Palavras-chave: District of Boqueirão. Community. Socioeconomic. Master Plan. Construction of space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Localização Geografica.....	34
Figura 2:	Zoneamento do Distrito.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01:	População do Município de Jardim.....	41
Gráfico 02:	Gênero dos entrevistados.....	42
Gráfico 03:	Naturalidade dos entrevistados.....	42
Gráfico 04:	Estado civil dos entrevistados.....	43
Gráfico 05:	Quanto tempo mora na localidade.....	43
Gráfico 06:	Grau de escolaridade.....	44
Gráfico 07:	Renda familiar.....	45
Gráfico 08:	Atividades de lazer.....	45
Gráfico 09:	Participação em atividades sociais e comunitárias.....	46
Gráfico 10:	Como é a autonomia do líder comunitário.....	47
Gráfico 11:	Opinião sobre o Distrito.....	47
Gráfico 12:	Forma de moradia.....	48
Gráfico 13:	Tipos de casa.....	49
Gráfico 14:	Número de cômodos.....	50
Gráfico 15:	Número de pessoas que trabalham.....	51
Gráfico 16:	Auxílios do governo Federal ou Estadual.....	52
Gráfico 17:	Serviços públicos utilizados.....	52
Gráfico 18:	Dispersão do esgoto.....	53
Gráfico 19:	Coleta do lixo.....	54
Gráfico 20:	Segurança pública.....	55
Gráfico 21:	Policiamento.....	55
Gráfico 22:	Serviço de saúde utilizados.....	56
Gráfico 23:	Atenção dada ao sistema de saúde.....	57

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	15
1.1	Urbanização brasileira: Algumas considerações.....	18
1.2	Processo de urbanização do Mato Grosso do Sul.....	23
2	A RELAÇÃO ENTRE CAMPO E CIDADE.....	27
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	34
3.1	Localização do município de Jardim-MS.....	34
3.2	Considerações sobre a produção e o espaço do município de Jardim-MS	36
3.3	Considerações sobre políticas públicas.....	38
4	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOESPACIAIS DO DISTRITO DE BOQUEIRÃO.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	61
	APÊNDICE.....	62
	Apêndice A: Formulário de questões.....	63

Introdução

O presente trabalho discorrerá sobre o Distrito de Boqueirão, localizado nos limites do município de Jardim-MS, onde visamos elucidar questões pertinentes a seu desenvolvimento ao longo dos anos através de uma análise de seu perfil, com destaque para sua estrutura urbana, uma vez que, as modificações que ocorreram dentro do espaço no qual o distrito está inserido contribuem para classifica-lo como um perímetro urbano, sem deixar de lado a questão rural, pois partimos da premissa de que sua estrutura social e econômica ainda gira em torno do âmbito rural.

O homem transforma o espaço para melhor se adaptar, visando com isso suprir suas necessidades de sobrevivência, e é essa transformação sobre o meio que o cerca que transforma esse espaço em espaço rural ou espaço urbano, onde, o campo sempre foi visto como espaço, por excelência, do atrasado, do velho, e a cidade, por sua vez, sempre foi o espaço do novo, de abertura ao moderno através das novas tecnologias que favoreciam prover as necessidades sociais.

Atualmente esta ótica pode ser exposta como superada, pois o assunto é abordado numa perspectiva onde as funções desempenhadas pelo campo e pela cidade se complementam, pois, a cidade depende do campo e vice-versa.

Assim sendo, além da questão campo-cidade, discutiremos a produção do espaço urbano, onde o espaço é modificado e produzido de acordo com as necessidades vistas pelo homem em seu local de vivencia, através principalmente de um determinante importante para a estruturação e produção do espaço, que é o trabalho exercido pelo homem.

Através dessa discussão analisaremos o crescimento e o desenvolvimento da urbanização não planejada, fato este que acaba por aumentar os problemas que comprometem a qualidade de vida da população, trazendo consigo problemas sociais e ambientais, tais como a falta de moradias e a favelização, a carência de infraestrutura urbana, o crescimento da economia informal, a poluição, a intensificação do trânsito, etc.

O Capítulo II Aborda o histórico e a localização do município de Jardim-MS, bem como de nossa área de estudo, o Distrito de Boqueirão, onde através de

entrevistas e questionários com os moradores do distrito conseguimos trazer relevantes questões acerca de como é a vida das pessoas que ali residem.

A apresentação dos resultados de nossa pesquisa é feita através de gráficos que perpassam por questões como moradia, trabalho e lazer, há questões referentes ao poder público, renda e qualidade real de vida, uma vez que os moradores do distrito externaram suas opiniões acerca da situação em que vivem, deixando claro que o lugar é bom para se viver levando-se em conta a calma do mesmo, porém faltam investimentos por parte do poder público que viabilizem condições para seu desenvolvimento, refletindo assim em melhores condições de vida da comunidade.

Capítulo I

Produção do Espaço Urbano

A Geografia nos faz entender que o espaço urbano tem uma perspectiva de análise fundamental para a construção do espaço e sua estruturação, sendo que esta estruturação se dá de acordo com o modo de produção determinante.

O Geógrafo Milton Santos (1996) define o espaço como sendo o conjunto indissociável de sistemas de objetivo e sistemas de ações.

Representa um sistema de conjuntos que foram criados pelos homens e pelos sistemas naturais que existem em uma determinada área criando um sistema de objetos.

O sistema é processo dotado de características que só aparecem na Geografia quando mencionamos os sistemas de objetos.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão às ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1996: 52).

Entende-se como espaço, um sistemas de objetos adicionado por um sistema de ações, sendo essas ações provocadas pelo homem como uma cidade, uma vila, um parque, uma floresta são objetos de análises geográficas. As formas com que foram produzidas e suas mudanças interessam a geografia (ARAUJO, 2003).

O espaço é modificado e produzido de acordo com as necessidades vistas pelo homem em seu local de vivencia, o homem constrói relações que perpetuam sobre o espaço formando simultaneamente, uma moldagem das relações sociais, se tornando de um todo como representação da sociedade, contribuindo para sua produção pelas ações humanas. Assim descrito por Milton Santos “produzir é produzir o espaço”.

Um determinante importante para a estruturação e produção do espaço é o trabalho exercido pelo homem, visto que sem trabalho o homem não tem a capacidade de produzir o espaço, que por sua vez não se habitua com um processo de vida deixando de criar o espaço geográfico e a sociedade, isso mostra que o

trabalho é determinante para que as formas e as práticas sociais criem conteúdos que busquem contemplar sentidos e/ou significados para produzir um novo contexto entre as relações do espaço, sendo ele agente de transformação e reprodução das práticas sociais.

A reprodução do espaço se dá de forma coerente que perpetuam as necessidades do modo de produção dominante. Dessa maneira o espaço se organiza, permitindo que as ações se reproduzam e as práticas sociais sistematizam objetos de lógicas diferenciadas. A Geografia busca entender essas lógicas de estruturação do espaço e sua disponibilidade física, onde cada ação tem significados diferentes de acordo com seu momento na história de construção do espaço vivido.

Isso se dá de tal forma, que até mesmo uma comunidade como no caso do Distrito de Boqueirão, tem suas necessidades de entendimento em relação aos aspectos que condicionam para a construção de seu espaço e reprodução na forma de vida das pessoas, já que essas, são as responsáveis pelas mudanças que ocorrem no local habitado, contrastando com a forma que exercem o trabalho para manter suas famílias e as dificuldades encontradas para a materialização do perfil social local.

Tentando identificar os agentes sociais Corrêa (1995) salienta que os envolvidos na produção do espaço urbano são: os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os dois primeiros agentes especulam e moldam o espaço mediante as necessidades da demanda populacional de média e alta renda. Ou seja, os que podem pagar para utilizarem-se do espaço urbano. O autor também dá a entender que os grupos sociais excluídos, ao produzirem favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço. Da mesma forma, Souza (2000) complementa que o modo de produção capitalista produz novas formas e origina paisagens com características cada vez mais urbanas.

O espaço modifica os costumes e hábitos de uma comunidade passando por despercebido essas mudanças, com as modificações no tempo e no espaço as inovações que ocorrem de um modo gradativo acompanhadas de uma série de movimentos ideológicos do cotidiano das pessoas. A cidade tem esse papel de

representar as mudanças do espaço, é na cidade que tudo se transforma e tudo se transmite, visto que os objetos, estilos se multiplicam, mesmo que esse espaço seja ocupado imparcialmente como em um distrito municipal.

A multiplicação das ações que ocorrem se dá de uma forma arranjada ou mesmo elaborada, sendo essa forma a busca de sobrevivência de uma comunidade ou cidade que perpassa pela constante busca pelo capital.

O tempo e o espaço na vida cotidiana são colocados como exigências que se organizam conforme a busca de velhas ou novas direções para a distribuição das atividades sociais, esse cotidiano é visto como um conjunto de atos ou ações de um todo, não somente um ato isolado, mas sim de um ato direcionado e vinculado a sociedade e a produção. No atual momento percebe-se que a produção se firma como um adjacente do tempo e do espaço social e que sua produção recai diretamente sobre o modo de vida das pessoas naquele local, tornando o modo de produção uma parte do cotidiano e que esse cotidiano é produto disso.

A elaboração das práticas de produção se difunde com a forma de consumo das mercadorias existentes no local, perpetuando sobre as relações do capitalismo no meio doméstico vinculado a reprodução desse capital na sociedade, caracterizando seu modo de vida, seu consumo e sua necessidade. Significando assim que a mercadoria representa a reprodução e o modo de vida tradicional das pessoas sendo essas pessoas inclusas ou não na relação de mercadoria e mercado, onde tudo é vendido e tudo é comprado.

Considerando Moreira (1982) o espaço geográfico como estrutura de relações sob determinação do social; é a sociedade vista com sua expressão material visível, através da socialização da natureza pelo trabalho, ou seja, o trabalho exercido pelo homem, e seu reflexo perante o meio em que vivemos evidencia e atribui identidade ao espaço que nos cerca.

Para Braga (2007) o espaço é uma unidade das práticas espaciais, é a base material, física modificada pela ação humana. É o tempo materializado. O espaço geográfico é resultado da produção humana.

Ainda segundo Braga (2007), essa produção abarca pelo menos três níveis: econômico, cultural-simbólico e político. O nível econômico é o reino da produção de bens e serviços, do valor agregado ao trabalho humano. O nível cultural-simbólico é aquele da relação entre os seres humanos, dos significados e representações. O

nível político é aquele dos interesses dos grupos sociais através das relações de poder.

Ademais, o espaço é o contínuo resultado das relações sócio espaciais. A força motriz destas relações é a ação humana e suas práticas espaciais (LEFÉBVRE, 1991).

Em Geografia, a área responsável pela análise desse processo de trabalho-transformação do espaço é a Geografia Urbana, ela estuda as cidades e os seus processos de produção no espaço. Identificando os principais paradigmas sobre a cidade e o processo de urbanização, a Geografia Urbana permite compreender o processo de urbanização e reconhecer as implicações de novas formas de produção, transformação e estruturação do espaço urbano conforme as mudanças nos papéis das cidades e o papel que a população tem de modificar seu espaço habitado.

O crescimento populacional e o acelerado processo de urbanização implicaram o aumento da rede urbana em geral, e das grandes e médias cidades brasileiras. Logo, deve ser considerado que o território brasileiro é marcado pela forte desigualdade regional na distribuição da população, das atividades econômicas e da rede de cidades e, acrescentando a esse quadro os desníveis sociais no Brasil.

1.1 Urbanização Brasileira: algumas considerações

O espaço urbano e sua formação são objetos de estudo da geografia, que aborda desde sua constante reconfiguração, bem como seu lado social, e seus diversos recortes.

As raízes da urbanização acelerada no século passado, do ponto de vista de Sanson (2006), “estão relacionadas com o uso menos intensivo ou a expulsão do trabalhador rural com o surgimento de oportunidades de empregos nas áreas urbanas”.

A urbanização, segundo Rolim (2006), “é o processo da transição de uma sociedade rural para uma outra cada vez mais urbanizada”. A taxa de crescimento é uma das características deste processo. Isso significa que a população urbana cresce num ritmo maior que a população rural. Deste modo, no caso do Distrito de Boqueirão tratasse de uma questão ainda não concretizada em relação a sua

classificação como Rural ou Urbana, visto que o mesmo possui características semelhantes nos dois aspectos, diferenciado somente na forma de vida da comunidade e sua economia que gira em torno da prestação de serviços inteiramente rurais por boa parte de seus moradores.

O ciclo de expansão da urbanização no Brasil é recente. Seu início se articula com um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira, a partir da década de trinta. Vale lembrar que foi somente em 1970, há pouco mais de 40 anos, que os dados censitários revelaram, no Brasil, uma população urbana superior à rural.

Com a expansão da economia cafeeira e com o primeiro e expressivo surto de industrialização, isso por volta dos anos 1930, se ampliaram as relações mercantis entre as diferentes regiões brasileiras e começaram a se intensificar as migrações internas.

Segundo VILELA e SUZIGAN (1973), as cidades na época eram fundamentalmente articuladas em torno das atividades agrícolas, mantinham um sistema polarizado, geralmente, pelas capitais das Províncias, futuros estados na era Republicana. Estas capitais centralizavam os principais serviços públicos, a intermediação comercial e financeira das principais atividades econômicas regionais e os serviços ligados à exportação e importação.

Vale a pena destacar, no início do século XX, as cidades mais importantes: no Norte, Belém e Manaus; no Nordeste, Salvador, Recife e Fortaleza; no Sul, Porto Alegre e Curitiba; no Centro-Oeste, apenas Cuiabá. Na região Sudeste, Rio de Janeiro (Capital da República) e São Paulo. Estas duas cidades, sofriam o impacto da expansão da economia cafeeira e da incipiente industrialização. Nelas residiam mais de 50,0% da população de todas as capitais dos estados. VILELA e SUZIGAN (1973).

Em 1920, o Brasil contabilizava uma população de 27.500.000 e contava com 74 cidades maiores do que 20 mil habitantes, nas quais residiam 4.552.069, ou seja, 17,0% do total da população. Mas, a população urbana se mantinha bastante concentrada, 58,3% destas cidades estavam na região Sudeste, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no Distrito Federal, VILELA e SUZIGAN (1973).

Mas, foi a partir dos anos de 1930 e 1940 que a urbanização se incorporou às profundas transformações estruturais que passavam a sociedade e a economia

brasileira. Assume, de fato, uma dimensão estrutural: não é só o território que acelera o seu processo de urbanização, mas é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbana.

Logo, a partir dos anos 1940 começa-se a observar o crescimento das taxas de urbanização no país. No período a população ainda era tida em sua maioria como rural. Na década de 1970, conforme censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população brasileira tornou-se mais urbana e, desde então não houve regressão nas taxas de urbanização, sendo que o censo apresentado pelo IBGE em 2010 afirma que a população brasileira é 80% urbana.

Sob uma nova ótica é tratada a urbanização brasileira e a concentração urbana por Soares (2006):

“Na contemporaneidade da urbanização brasileira, verifica-se um amplo processo de reestruturação caracterizado pela “explosão” das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais, continentes de novas territorialidades dos grupos sociais. Na escala intra urbana, o fenômeno da “dispersão urbana” está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidade e novas periferias. Na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território.” (Soares, 2006, p.51).

Segundo Motta (1999, p. 17) “O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida.” Isso implica nas condições de moradia, lazer, saúde, trabalho, etc. Ainda segundo o mesmo autor, “a ordenação deste crescimento faz-se necessária, de modo que as influências que o mesmo possa ter sobre o meio ambiente não se tornem prejudiciais aos habitantes”.

Entretanto, a realidade do processo de urbanização é bem diferente do ideal.

Na maioria dos casos esse processo ocorre a partir de um planejamento inadequado gerando um crescimento desordenado, acompanhado da falta de uma infraestrutura de qualidade.

O desenvolvimento urbano veio, portanto, acompanhado de problemas sociais e ambientais, tais como a falta de moradias e a favelização, a carência de infraestrutura urbana, o crescimento da economia informal, a poluição, a intensificação do trânsito, a periferização da população pobre, a ocupação de áreas

de mananciais da planície de inundação dos rios, e de vertentes de declive acentuado.

Em São Paulo, por exemplo, o crescimento provocou intensa conurbação (integração física entre áreas urbanas), criando uma gigantesca área urbana que abriga 37 municípios, conhecida como “A Grande São Paulo”. Entre eles destacam-se Guarulhos, Osasco e o chamado ABCD composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema. Esses municípios formam a principal região industrial do país, sediando as mais dinâmicas empresas nacionais e multinacionais.

A cidade de São Paulo cresceu praticamente à revelia de um planejamento urbano e seus equipamentos de infraestrutura, moradia e transportes não atendem às demandas sociais. Isso não reduz a importância econômica, política e social de São Paulo que, embora viva hoje um processo de fuga de indústrias, continua assumindo uma vocação de polo financeiro, comercial e de serviços em geral. Sendo assim, São Paulo é a metrópole global brasileira, onde está sediado o comando das principais atividades econômicas do país.

Dessa forma, atualmente, São Paulo e Rio de Janeiro podem ser consideradas metrópoles globais. As áreas metropolitanas de capitais importantes como Porto Alegre, Brasília, Salvador e Curitiba formam as metrópoles nacionais; e, dentro dessa nova hierarquia urbana, existem ainda metrópoles regionais, como Goiânia e Campinas; centros regionais, como Manaus e Natal, além de cidades caracterizadas como centros sub-regionais (Santarém, no Pará, e Piracicaba, em São Paulo, por exemplo).

A década de 1990, entretanto, consolidou uma nova tendência de urbanização no Brasil, que pode ser caracterizada uma desmetropolização, ou seja, uma reversão no crescimento das grandes metrópoles em favor de cidades médias, onde os custos de produção são menores e as condições de vida tendem a ser melhores para o capital e para o trabalhador.

Os mesmos números que revelam um processo de metropolização prestam-se a outra interpretação desde que demos uma prioridade ao processo de macro urbanização. Levando-se em conta uma desagregação maior da população urbana segundo o tamanho dos aglomerados, pode levar nos a conclusão de que, paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do país estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes da população urbana. Não se trata aqui da reprodução do

fenômeno da desurbanização, encontrado em países de primeiro mundo [...].SANTOS (1993).

Esse fenômeno se difere da desurbanização pelo fato de não se buscar um estilo de vida diferente, mas sim a eliminação de problemas gerados pelo crescimento desordenado da metrópole.

Indústrias e empresas ligadas ao setor de serviços realizam cada vez mais a escolha de localizações geográficas alternativas às saturadas metrópoles do Centro-Sul. Cidades como Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Goiânia, Florianópolis, além de diversas capitais nordestinas estão entrando definitivamente no mapa das empresas nacionais e estrangeiras.

Essa desmetropolização surge devido à falta de planejamento urbano, onde a cidade se desenvolve motivada pelos interesses imobiliários, ou interesses de outras naturezas, entretanto, raramente a cidade se desenvolve seguindo um plano urbanístico, raramente a gestão urbana é planejada e contribui com o planejamento, não que ela não seja importante para a estruturação urbana, mas a falta de investimento do poder público condiciona a má estruturação da mesma.

Essa urbanização sem planejamento criou uma situação caótica nas principais capitais do país e suas regiões metropolitanas, com aumento da pobreza e da violência.

O processo de modernização da economia brasileira até os dias de hoje, não levou à superação da pobreza e das desigualdades sociais, a modernização aprofundou as desigualdades já existentes geradas num passado distante, pois esteve apoiada numa maior concentração de renda. Apesar da expansão das camadas médias, que apresentam um bom poder aquisitivo e contribuíram para a expansão do mercado consumidor, a diferença de rendimentos entre ricos e pobres é hoje muito maior do que no início da modernização, claro que não generalizando, contendo o lado o posto dessa mudança.

Dessa forma se desenvolve o drama da urbanização nos lugares periféricos, um processo muito acelerado que ocorre sem que as condições mínimas necessários para que o seu desenvolvimento seja respeitado mesmo sendo esse lugar um distrito.

1.2 Processo de Urbanização de Mato Grosso do Sul

Segundo Buscioli (2010), historicamente o território do atual Mato Grosso do Sul (Unidade da Federação criada em 1977, a partir do desmembramento político-administrativo do antigo estado de Mato Grosso) pode ser definido como um espaço geográfico de economia tipicamente agrário.

Portanto, segundo BUSCIOLI, sua ocupação econômica ocorreu de modo que é possível identificar algumas fases específicas, como também é possível relacioná-las às políticas públicas.

Sendo assim, o processo de reabertura da navegação na Bacia do Prata após a Guerra do Paraguai (1864-1870), que proporcionou a este território um ciclo de crescimento. Como exemplo dessa etapa, cita-se a transformação do município de Corumbá em um importante porto comercial com a função de conectar a região tanto aos mercados platinos como à Capital da Província - Rio de Janeiro (LE BOURLEGAT, 2000).

Corumbá tornou-se um importante centro comercial, distribuidor de mercadorias oriundas tanto dos mercados platinos como do Rio de Janeiro. A comercialização era extensiva a produtos como a erva-mate e excedentes da pecuária, cujo rebanho era criado nas pastagens naturais de Campos de Vacaria, Mata de Dourados e Pantanal.

A mudança, em 1907, no trajeto da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, cujo traçado original era Bauru/Cuiabá, para o de Bauru/Corumbá, concluída em 1914, permitindo a ligação ferroviária com o Sudeste, além de impulsionar o crescimento da cidade de Campo Grande (QUEIROZ, 2005). Entretanto, essas atividades econômicas foram insuficientes para permitir que a participação do território sul-mato-grossense na economia nacional fosse significativa.

Na medida em que São Paulo foi se tornando o centro dinâmico da economia nacional, as demais regiões brasileiras foram se articulando com este centro. Essa relação foi extensiva ao território de Mato Grosso do Sul que pressupôs a deterioração das relações comerciais até então vigentes com os países latinos em benefício da sua configuração enquanto “extensão” da região Sudeste.

Em resposta aos planos e políticas adotadas pelo Governo Federal, o território sul-mato-grossense conheceu um acentuado aumento da área destinada ao cultivo agrícola. Áreas antes consideradas impróprias ou inadequadas para a ocupação nos moldes capitalistas de produção, quando atingidas pela ação dos programas que serão citados adiante, são transformadas em áreas produtivas. (Buscioli, 2010).

As pesquisas e consequentes avanços científicos realizados principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) possibilitaram o uso de novas áreas, antes consideradas impróprias para atividade agrícola, como o cerrado, para a plantação de lavouras.

Em áreas específicas, como da Grande Dourados, seguindo os objetivos do PRODEGRAN (Programa de desenvolvimento da Região da Grande Dourados), incentivou-se a adoção do sistema de monocultura, principalmente da soja, em detrimento ao modelo de subsistência que era a produção em pequena escala de gêneros alimentícios.

A condição topográfica com relevos planos desse terreno é maximizada pela mecanização das atividades. Portanto, os conhecimentos agrônômicos e de biotecnologia somados às políticas de crédito e investimentos em infraestrutura definiram os setores e espaços que se desenvolveriam nos moldes vigentes.

Logo, a utilização dos cerrados do Centro-Oeste ocorreu de forma intensiva em capital objetivando o aumento da produção de grãos (LE BOURLEGAT, 2000). Obviamente, essas mudanças tiveram implicações significativas na outra atividade desempenhada nesse espaço, a pecuária. A expansão do cultivo de grãos na região de Dourados exigiu que a adoção de métodos mais eficazes do ponto de vista da produção, e intensivos em capital fosse também adotada na pecuária. Isso se traduziu em melhoramentos genéticos no rebanho e substituição de áreas de pastos naturais por pastos plantados.

Os anos da década de 1980 também registraram a atração de novas atividades para o Mato Grosso do Sul com algumas implicações com relação ao fator trabalho. O lançamento do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) em 1983 incentivou em Mato Grosso do Sul o aumento das usinas de produção de álcool, o que demandou a imigração de mão-de-obra temporária (boias-frias) para esta Unidade da Federação. Já a indústria frigorífica foi implantada com uma alta

relação capital/trabalho e isso significou menores problemas com a oferta de trabalho (OLIVEIRA, 2003).

Desta forma, o processo de desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul ocorreu dentro de um contexto de “racionalidade capitalista” contando com amplo investimento federal em infraestrutura.

A lógica desse modelo econômico permitiu que o território se especializasse na condição de exportador de produtos derivados do binômio carne-soja e importador de bens de produção, além de compor um significativo mercado consumidor para os produtos industrializados em outros locais. Como resultado desse processo e em resposta à necessidade de reprodução do capital e da lógica de desconcentração industrial, nas últimas décadas tem-se um relevante aumento do papel da agroindústria na economia sul-mato-grossense.

Logo, o setor secundário tem comportamento ascendente e está relacionado diretamente ao setor primário por meio das esmagadoras de soja, dos frigoríficos e das atividades de exploração mineral.

Do ponto de vista locacional, os distritos industriais instalados em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, foram pensados como instrumento de desenvolvimento regional e estrategicamente planejados para estarem à frente do processo de definição de Mato Grosso do Sul como área agroindustrial na divisão territorial do trabalho já que essas cidades eram as principais receptoras dos investimentos públicos (SOUZA, 2003). São as cidades polos.

O pressuposto é de que a partir delas, o desenvolvimento se espalharia para as outras áreas - ou seja, para as regiões polarizadas (PERROUX, 1967).

Segundo Queiroz (2005) tanto a navegação pelos rios da Bacia da Prata como a construção da ferrovia no início do século XX foram de extrema importância para o desenvolvimento econômico dessa porção territorial e possibilitaram o surgimento de centros comerciais e urbanos estrategicamente localizados, como foi o caso de Corumbá (às margens do Rio Paraguai) e mais tarde, o surgimento de Campo Grande nas proximidades da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

A influência exercida pelo Sudeste sobre o interior do Brasil, não pode ser desconsiderada, principalmente após implantação do Estado novo (1937), já no contexto de integração do mercado nacional. Neste processo, tem-se criação de Territórios Federais, Colônias-Agrícolas e construção de infraestrutura básica

(ferrovias e telégrafos) para interligação do território nacional (LE BOURLEGAT, 2000).

Desta forma, a disponibilidade em maior ou menor grau de fatores produtivos (recursos naturais, capital e trabalho) em Mato Grosso do Sul e a distância do mercado consumidor (Sudeste brasileiro) estimularam a alocação das primeiras atividades econômicas nesse espaço geográfico com a produção de grãos e alimentos.

Capítulo II

2.1 A Relação entre Campo e Cidade

Partindo da premissa de que no Brasil, as situações rural e urbana são definidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que considera como população urbana as pessoas e os domicílios localizados nas cidades, nas vilas (sedes distritais) ou mesmo em áreas urbanas isoladas e a população rural é aquela que se localiza em toda a área fora dos limites urbanos, ou seja, fora do perímetro urbano delimitado por lei municipal.

No caso brasileiro, a ocupação colonial vai se estabelecendo, sobretudo, a partir da linha litorânea. Neste processo, pequenas aglomerações vão sendo formadas. A ocupação territorial vai sendo produzida por meio de arraiais, vilas, cidades, sendo que, somente nestas últimas, há um governo local, além da presença de um pelourinho, da concessão de um termo e do domínio de terras do Conselho, conforme salientou Maurício de Almeida Abreu.

Vilas e cidades diferenciavam-se, entretanto, bastante dos arraiais, pois só nelas estava a sede de um governo local. Ali fazia-se justiça em nome do Rei, prerrogativa que se materializava obrigatoriamente na paisagem urbana pela ereção de um pelourinho. Tinham direito, ademais, às dignidades e regalias conferidas pelas Ordenações aos conselhos e a seus cidadãos. E possuíam, finalmente, um termo, ou área de jurisdição, dentro da qual se situavam os arraiais, e um patrimônio fundiário: as terras do Conselho. (ABREU, 1997:214-5)

Neste sentido, pode-se dizer que as atuais relações estabelecidas entre o campo e a cidade, e as complexidades delas derivadas, são frutos das modificações ocorridas através do tempo, e que tem caráter não apenas econômicos, mas também sociais e culturais, que remontam ao século XVII.

A ampliação da economia capitalista de mercado e de sua capacidade de acumulação, a partir da Revolução Industrial, provocou na organização espacial do mundo e no Brasil, intensas e definitivas alterações, tanto no que se refere às relações hierárquicas de poder quanto na distribuição espacial da população sobre o território. Com efeito, a partir do século XVII em toda a Europa, observa-se o florescimento das aglomerações urbanas e sua hegemonia sobre as áreas rurais.

O estabelecimento do padrão industrial de desenvolvimento propiciou a subordinação do campo e da atividade agrícola (que passa a ser apenas mais uma etapa do processo produtivo) à cidade tradicionalmente o lócus industrial.

Logo, segundo a lógica capitalista que domina o mercado e recai também sobre o campo, a acumulação e exploração da classe trabalhadora, que fazem parte dos princípios do sistema capitalista, passam a fazer parte da realidade do campo.

A concentração de riqueza e a má distribuição de renda são fatores decisivos para a existência e reprodução da condição de desigualdade social e da exclusão econômica, tanto da população urbana quanto da população rural em sua grande maioria. Assim, cada vez mais, a população está vivendo com mais precariedade, sem condições adequadas de moradia, de saúde, de educação e de alimentação. Em meio a esse sistema surge a discussão sobre a relação do rural e o urbano mostra as desigualdades existentes.

Buscando saídas para a dicotomia terras e distribuição de renda, surge, a partir de 1984, os movimentos sociais de luta pela terra. Estes participam desde então ativamente na luta pela Reforma Agrária e por melhores condições de vida. Para conseguir tais ideais os mesmos cumprem seus papéis participando de decisões políticas e sociais, que de certa forma tende a forçar o governo a regulamentar e acelerar o processo da reforma agrária e ao mesmo tempo encontrar um mecanismo de busca real da cidadania e de Justiça Social.

De acordo com Miralha (2006) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso percebe-se um aumento expressivo no número de assentamentos implantados, o que mostra uma vitória por parte da Reforma Agrária, porém a qualidade de vida desses assentamentos nem sempre é boa, muitas vezes falta qualidade na educação, no lazer, na saúde e é por isso que os movimentos sociais continuam lutando.

A partir de então temos uma modificação nos padrões e nas relações entre os meios rurais e urbanos, que se tornam mais complexas, mas também mais interligadas. O rural autossuficiente da economia feudal cede espaço aos produtos urbanos, e inclusive aos modos de vida urbano.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicações que ocorreria posteriormente possibilitaria a entrada no campo, de produtos e ideais tipicamente

urbanos, afirmando ainda mais esta condição de dependência entre estes recortes espaciais. Assim, segundo SILVA (1997, p.1), apud REIS (2006, p.6):

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. [...] e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

A modernização agrícola pela qual o Brasil passou a partir da década de 1970 trouxe consigo os debates acerca das relações entre campo/cidade para o cenário nacional. A agricultura, que chegou a ser considerada um entrave ao desenvolvimento industrial renasce e se moderniza, trazendo consequências que transformam a estrutura demográfica do país.

Com a expropriação dos meios de produção e de consumo de parcela ponderável dos camponeses, com a modernização da agricultura e a destruição das indústrias das pequenas cidades, o mundo rural e os centros menores estão preparados para o consumo de produtos industriais e serviços cujas origens estão na grande cidade. Trata-se de fertilizantes, inseticidas, arados, produtos alimentares industrializados, tecidos, móveis, utilidades domésticas diversas e, mais tarde, eletrodomésticos e veículos automotores, entre outros; inclui-se também os serviços de educação, saúde, bancários, contabilidade, publicidade etc. (CORRÊA, 1994, p. 67).

Se no início do século XX a maior parte da população brasileira vive em áreas tipicamente rurais, a partir da década de 1940 isso praticamente se inverte, seja pela repulsão provocada pela falta de perspectivas no campo (e pela modernização a partir da década de 1970), seja pela atração que a cidade (e a atividade industrial) exerce neste período.

Neste sentido, as consequências da modernização se manifestam, dentre muitas formas, através da evasão populacional, fruto das mudanças nas relações de trabalho no campo – a utilização da máquina a despeito do homem – e da substituição das antigas formas de produção – arrendamentos e parcerias – pelas formas capitalistas de se produzir existente em todo processo de expansão do capital.

No Brasil, embora tardia, a industrialização impulsionou a urbanização como forma de organização do território, quando a população passou de essencialmente rural para urbana rapidamente, entretanto esse urbanismo não questionava a cidade

como processo social e também não analisava os espaços das cidades. A explosão demográfica fez com que o espaço se modificasse, dividindo a cidade em zonas (industrial, comercial, residencial de baixo, médio e alto padrão, etc), identificando a separação de classes até hoje existente.

Hoje em dia, as relações do rural com o urbano encontram-se mais intimamente ligadas de acordo com o grau de modernização da região onde este se localiza. Observa-se em áreas mais desenvolvidas uma nova relação com a terra, em um movimento conhecido como pluriatividade, onde parte da população rural de uma localidade se dedica a atividades tipicamente urbanas, como a prestação de serviços, por exemplo, ou no turismo rural, que além de permitir melhores ganhos financeiros para as famílias, abre espaço para a entrada de equipamentos urbanos nas áreas rurais, ou segundo Rua (2006), a entrada de urbanidades no campo:

As 'urbanidades' decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado (RUA, 2006, p. 95).

Portanto, chegamos ao impasse de não se pode definir com clareza o que é o rural e o urbano brasileiro. O Decreto-Lei 311, de 1938 (e que ainda é válido em todo o território nacional), segundo o qual toda a sede municipal seria considerada cidade, além de dar ao país o primeiro lugar no número de cidades do mundo, o Brasil contava com 5.507 cidades, segundo o IBGE – provoca grandes dificuldades metodológicas, visto que muitas vezes considera como urbano, regiões com características típicas de áreas rurais.

Mas este impasse está muito longe de ser primordial quando se estuda o campo e a cidade brasileiros, pois as complexas relações estabelecidas tornam estes conceitos cada vez mais relativos. A penetração física e ideológica dos padrões urbanos no campo cria novas formas de se pensar e aproveitar o rural: a mecanização que possibilita a prática da agricultura em tempo parcial e libera o produtor para exercer outras atividades que completem sua renda, o retorno da indústria ao campo e o surgimento dos grandes complexos agroindustriais no Brasil, como já afirmado, consolida-se no cenário nacional, ainda que desigualmente sobre o espaço. Afinal, tradicionalmente, o processo de desenvolvimento nacional, seja pela agricultura, seja por meio da industrialização, privilegiou determinadas regiões

do território, sobretudo do sudeste a despeito de grandes porções do norte/nordeste do país.

Com efeito, não é rara a existência no Brasil de áreas rurais correspondentes as concepções tradicionais de rural, onde a malha (visível e invisível) do urbano ainda não é percebida. Tais regiões rurais (e mesmo muitos municípios considerados áreas urbanas, mas que possuem características rurais) quase sempre carecem de infraestruturas básicas que lhes permitiriam a elevação da qualidade de vida e a redução de índices que as separam das áreas mais desenvolvidas (e modernizadas).

De acordo com SILVA (1998, p.1), apud REIS (2006, pg 11-12) “não se trata das condições para o chamado acesso à modernidade, como o telefone por exemplo; estamos falando de carências básicas como não dispor de água potável e ser analfabeto”.

Essa dicotomia, entre regiões rurais e urbanas desenvolvidas e regiões rurais e urbanas pobres é mais importante do que o tradicional embate campo/cidade que costuma se assistir nos meios acadêmicos contemporâneos. Se as contradições entre o rural e o urbano brasileiro estão diminuindo, pela interdependência, crescem de maneira proporcional as contradições entre classes, entre sujeitos construtores e consumidores dos espaços: e as desigualdades sociais, tradicionalmente mais visíveis no urbano, se instalam, de forma permanente, no cenário rural nacional. Lutas pelo direito a terra (tanto no campo quanto na cidade) florescem como uma tendência geral e como uma tentativa de revogação dos padrões estabelecidos pela economia de acumulação capitalista.

Ao se afirmar a aproximação do rural com o urbano, deve-se perceber que os contrassensos que permeiam estes dois espaços não podem ser compreendidos apenas em um momento de reflexão. As metodologias de análise do que é rural e o que é urbano no Brasil devem ser revistas, sim, não apenas como forma de se fazer jus a uma importante parcela da população brasileira, que constitui a população rural, mas também para que as políticas públicas direcionadas a esses espaços sejam mais efetivas.

Não é possível aceitar que toda a população reconhecida como rural o seja, sobretudo aquela que vive em conjuntos habitacionais, construídos para além do perímetro urbano, mesmo que considerada, para fins de levantamento, como

população rural, na verdade, ela se encontra integrada subalternamente à dinâmica da aglomeração urbana, definindo-se, então, como população urbana.

Seguindo o mesmo raciocínio, não é urbana a população inserida no interior do perímetro urbano, mas marcada por práticas sociais rurais, tais como os pequenos olericultores de fundos de quintal, ou de fundos de vales, ou, ainda, cujos cultivos estejam sob os linhões de alta tensão que cortam muitas das grandes aglomerações urbanas brasileiras.

População cujas práticas culturais recuperam muitas das tradições das populações camponesas, tal qual foi descrito por Margarida Maria Moura (1986): a religiosidade, o compadrio, o predomínio do direito consuetudinário em relação ao direito positivo (particularmente em relação à herança e à divisão da riqueza produzida pela família em muitos casos, extensa). Ou seja, não é urbana a população agrícola que só reside na cidade, pois tal população não vive as dimensões da sociabilidade urbana. A cidade é o local de residência ou, como afirmam Milton Santos e María Laura Silveira, um “reservatório de mão-de-obra”.

(...) graças às facilidades de transporte e também às novas formas de organização do trabalho agrícola, um número considerável de trabalhadores na agricultura vive na cidade, que se torna um reservatório de mão-de-obra (...). (SANTOS; SILVEIRA, 2001:280).

Essa população agrícola é considerada urbana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas não o pode ser no que concerne às dimensões sócio espaciais, de reprodução das relações sociais.

A cidade, então, lócus do levantamento censitário, não pode ser definida como uma unidade territorial, mas deve ser lida em sua diversidade, revelando, desta maneira, população urbana e população rural.

Nesse sentido de reconhecimento dos limites do critério de separação da população urbana e rural, o perímetro urbano é extremamente falho para a diferenciação do rural e do urbano, sobretudo porque há, por um lado, muito de rural em aglomerações urbanas, particularmente as mais diminutas, mas, também, nas médias e nas grandes, ou mesmo nas metrópoles. Enquanto, por outro lado, a muito de urbano no campo brasileiro, sobretudo nas áreas mais próximas das metrópoles ou das cidades de maior porte.

O rural, nas aglomerações urbanas, está muito presente, principalmente, no modo como muitos moradores concebem e vivem a dinâmica dessas aglomerações. Geralmente, esses moradores são marcados pelo estranhamento em relação ao modo de vida urbano e citadino. Estão dentro das aglomerações, mas não integrados a sua dinâmica de forma densa.

A distinção entre o rural e o urbano, muito mais vinculada à lógica da reprodução das relações sociais que a materialidade espacial, campo e cidade, permite pensar que há rural na cidade e urbano no campo. Assim, o importante é encontrar um caminho metodológico que dê conta de identificar essas distinções, para isso tivemos que buscar informações dos próprios moradores questionando-os sobre como enxergavam o Distrito em que moram, para se ter além de uma delimitação política, relacionar ao perímetro urbano uma fronteira geográfica entre o rural e o urbano e o campo e a cidade.

A dicotomia rural/urbano representa o surgimento de uma nova ordem econômica e social, baseada na técnica e no desenvolvimento, opondo-se à antiga e tradicionalista estrutura agrária aristocrática, e que trouxe consigo a concepção de que no urbano se encerraria o novo (opondo-se ao atrasado), justamente por ali estarem contidos os principais motores do desenvolvimento econômico. Segundo Rua (2006):

Mencionar a recriação do rural pelo capitalismo e as relações cidade-campo que daí decorrem, é falar de um tempo histórico amplo em que a 'derrota' dos antigos regimes na Europa (feudalismo) e, mais recentemente, no Brasil (escravismo) permitiu o processo de construção da hegemonia burguesa e deslocou o centro do poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria. (RUA, 2006, p.83).

Neste sentido, a área de estudo apresenta aspectos relevantes sobre a sua desenvoltura frente as modificações que ocorrem no espaço, essas modificações ou desenvolvimento são questionáveis uma vez que o Distrito de Boqueirão não provem de infraestrutura e apoio do poder público para se estruturar e buscar meio de desenvolvimento social, cultural e econômico.

Capítulo III

Caracterização da área de estudo

3.1 Localização do Município de Jardim

O estado de Mato Grosso do Sul está localizado, na porção Centro Oeste do território Brasileiro, que é composto pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O município de Jardim ocupa uma área de 2.202 Km² e está situado na mesorregião sudoeste do estado sendo sua Latitude: 21° 28' 49" e longitude: 56° 08' 49".

Segundo o IBGE o município está localizado a 239 Km da capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Jardim é considerado um município polo de abastecimento da região sudoeste do estado e seus limites são: Norte – Bonito e Guia Lopes da Laguna, sul – Bela Vista e Ponta Porã, leste – Ponta Porã e Guia Lopes da Laguna oeste – Caracol, Porto Murtinho e Bela Vista.

Segundo dados do IBGE de 2010, Jardim conta com uma população de 24.346 habitantes e apresenta uma densidade demográfica 11,15 hab/km² sendo a sua população urbana de 93,4%. (Ver figura 1)

3.2 Considerações sobre a produção do espaço do Município de Jardim

A história de Jardim tem sua origem ligada ao desenvolvimento e povoamento das terras do município de Bela Vista. Na guerra do Paraguai, quando as forças brasileiras efetuaram a célebre retirada da Laguna, José Francisco Lopes foi escolhido para guia da Laguna, por ser grande conhecedor da região; fundou, às margens do rio Miranda, a fazenda Jardim. Na margem esquerda do rio Miranda, o guia Lopes faleceu; seu corpo foi enterrado no meio do acampamento, junto a coronéis e soldados mortos pela cólera morbo. Hoje, no município de Jardim, este local é chamado de Cemitério dos Heróis. (SITE OFICIAL DE JARDIM,2013).

Em 1934, surgiu a necessidade da construção de uma rodovia que ligasse o município de Aquidauana a Porto Murtinho e Bela Vista, ambos na fronteira com o Paraguai. Em decorrência disso, a Comissão de Estradas de Rodagem nº 3 (C.E.R 3) encaminhou-se à região, decidindo-se, então pela compra de parte da Fazenda Jardim. O assentamento data de 14 de Maio de 1946 e foi criado para atender os servidores da Comissão. A escolha do local se deu a partir de considerações sobre a continuidade das obras do batalhão e da já existência do vilarejo de Guia Lopes (onde hoje é o município de Guia Lopes da Laguna) na margem esquerda do Rio Miranda, ficando acertada então a ocupação da margem direita do rio. Em virtude de apresentar terras férteis e bons campos, deu-se o povoamento progressivo da região, sendo seus primeiros moradores instalou um departamento de Administração a 2 km de Guia Lopes, nas cercanias do povoado de Jardim, sob a chefia do Major Alberto Rodrigues da Costa que procedeu ao levantamento e distribuição de 40 ha de terras adquiridas de Fábio Martins Barbosa, proprietário da fazenda Jardim. (SITE OFICIAL DE JARDIM,2013).

A implantação da C.E.R 3 contribuiu para um rápido crescimento da nova povoação. Acredita-se que o topônimo Jardim foi adotado da fazenda, em cujas terras se edificaram a cidade.

Jardim teve como primeiros moradores, operários da construção da rodovia que ligaria o Brasil à fronteira com o Paraguai, a qual permitiu ao município tornar-se uma cidade-pólo e ter uma posição geográfica privilegiada.

Sua fundação é datada de 14/05/1946, sendo elevada a município em 11/12/1953, tendo elevação à comarca de 15/11/69 o distrito Boqueirão – criado em 1963, extensão territorial de 2.202 km² 0,699% do estado.

A economia na região está baseada na atividade primária (pecuária e agricultura). Porém é a administração pública e o comércio tem seus maiores empregadores do município reforçando a economia juntamente com turismo. Jardim tem a maior arrecadação de ICMS no setor terciário, onde o segmento comércio é o principal contribuinte.

O principal foco desse trabalho é a discussão referente ao Distrito de Boqueirão, onde estaremos analisando através de uma pesquisa em forma de questionário, as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do Distrito em sua estruturação política, social e econômica. Dentre esses aspectos faremos uma análise das questões respondida pelos moradores em relação a distinção de como enxergam o distrito sendo ele Rural ou Urbano, retratando assim a importância da identificação própria e sua relação com o lugar ocupado no espaço.

Neste sentido, a evolução da população Urbana se deu a partir do momento em que o capital se instala, fazendo com que o acúmulo do capital fosse determinante para geração de empregos que por seguinte atrai pessoas e essas pessoas movimentam o capital tendo a cidade como centro de decisões.

3.3 Considerações sobre políticas públicas

As políticas públicas consistem em um conjunto de ações tomadas no interior do estado visando apresentar as diretrizes e as estratégias de concretização de interesses públicos e de alteração de relações sociais estabelecidas.

BUCCI (2002, p.241) as define como “[...] programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Algumas políticas têm um espaço geográfico de atuação de políticas públicas específicos, segundo José Afonso da Silva:

...o conceito Meio Ambiente abarca três aspectos: meio ambiente natural (constituído pelo meio físico natural, como fauna, flora, biosfera e seus componentes), meio ambiente cultural (que compreende o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, aos quais são impregnados valores especiais) e meio ambiente artificial ou urbano. (SILVA, 2002, p.21).

Logo, as políticas urbanas voltadas a um ambiente específico, o espaço urbano construído, ainda segundo José Afonso da Silva (2002) constitui o que se denomina de meio ambiente artificial ou meio ambiente urbano, que pode ser subdividido em espaço urbano fechado, como as edificações, ou espaço urbano aberto, a exemplo das ruas, praças e áreas verdes.

Assim, as políticas urbanas, segundo Fernandes (1998), devem ser norteadas pelo direito a uma vida digna nas cidades; pelo direito de viver com qualidade de vida se sobressaindo ao mero direito de sobrevivência.

A Constituição Federal, ao incorporar pela primeira vez um capítulo específico sobre política urbana (capítulo II, título VII), estabeleceu como competência do poder público municipal a responsabilidade pela execução da política de desenvolvimento urbano, podendo contar, para tanto, com a cooperação das associações representativas no desenvolvimento de ações de promoção do planejamento municipal (artigo 29, inciso X) e, ao mesmo tempo, articulando-se as ações promovidas pelo governo federal.

O art. 182, no Capítulo II, inserido no Título VII diz que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes”.

Em 10 de julho de 2001, a Lei 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, foi promulgada, vindo a regulamentar esses dispositivos constitucionais. Dispõe a lei federal que o objetivo da política urbana é “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (art. 2º, caput).

Para alcançar esse objetivo, o Estatuto das Cidades estabelece diversas diretrizes, como o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município; a ordenação e controle do uso do solo; a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; e a garantia do direito a cidades sustentáveis.

Nota-se que o Estatuto da Cidade coloca a sustentabilidade do meio ambiente urbano como um direito, concebido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2º, inc.I).

Essa lei federal resultou de um intenso processo de negociação entre as forças políticas e sociais, e confirmou e ampliou o papel fundamental jurídico-político dos municípios na formulação de diretrizes de planejamento urbano, bem como na condução dos processos de desenvolvimento e gestão urbana.

Planejar o espaço urbano significa remeter ao futuro das cidades, buscando medidas de precaução contra problemas e dificuldades, ou ainda, aproveitando melhor possíveis benefícios (SOUZA, 2004).

Castells (1983) considera o espaço urbano produto de dada formação social, e por isso afirma que o planejamento urbano é a:

...intervenção do político sobre a articulação específica das diferentes instâncias de uma formação social no âmago de uma unidade coletiva de reprodução da força de trabalho, com a finalidade de assegurar sua reprodução ampliada, de regular as contradições não antagônicas, assegurando assim os interesses de classe social no conjunto da formação social e a reorganização do sistema urbano, de forma a garantir a reprodução estrutural do modo de produção dominante. (CASTELLS, 1983, p. 376-377).

Ao se falar em planejamento urbano, nos remetemos imediatamente ao Plano Diretor, que está previsto no art. 182, §1º da Constituição Federal de 1988 e reafirmado no art.40 caput, da Lei 10.257/2000, e consiste em um documento de

planejamento que visa balizar o desenvolvimento e a expansão do espaço construído, de modo a mudar a realidade urbana, trazendo melhor qualidade de vida à população.

É considerado o instrumento básico da política urbana, devendo englobar o território total do Município, isto é, compreender tanto a área urbana, como a rural. Essa integração é relevante já que cada vez mais se nota uma maior ligação entre as atividades promovidas na área rural com as atividades urbanas.

Segundo José Afonso da Silva (2000), o Plano Diretor “é um plano em virtude de prever os objetivos a serem alcançados, o prazo em que estes devem ser atingidos, e as atividades a serem implementadas e quem deve executá-las”.

É por meio do plano que se define o melhor modo de ocupar um município ou região, prever as áreas onde se localizarão os pontos de lazer, as atividades industriais e todos os usos do solo, não somente no presente, mas também no futuro. Isso permitirá a consolidação de valores com vista à qualidade de vida urbana.

A Constituição Federal impõe a obrigatoriedade de elaboração do plano diretor para as cidades com mais de 20.000 habitantes (art. 182, §1º). A Lei Federal em seu art. 41, inciso I, reprisou o dever dos Municípios com esse porte elaborarem seus planos. Porém, o Estatuto da Cidade, no art.41, incisos II, III e IV, ampliou respectivamente essa obrigatoriedade para as cidades que se enquadrem nos seguintes casos: a) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, b) onde o Poder Público municipal pretenda utilizar o parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial territorial urbana progressiva no tempo; e desapropriação; c) integrantes de áreas de especial interesse turístico; d) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O Plano Diretor Municipal de Jardim tem como objetivo central assegurar o bem-estar de seus habitantes, a partir da promoção do desenvolvimento sustentável, do ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, do município e do seu entorno. (Ver figura 2)



Fonte: Plano Diretor Municipal Participativo: Produto 2, 2011

Sendo assim, o trabalho colabora para o fortalecimento do saber em relação ao município, além de dar suporte aos moradores periféricos no caso o Distrito de Boqueirão que fica a 30 Km da sede do Município, juntamente com a comunidade as melhorias necessárias para se ter um grau de satisfação elevada em relação ao planejamento das melhorias da infraestrutura urbana e social da comunidade.

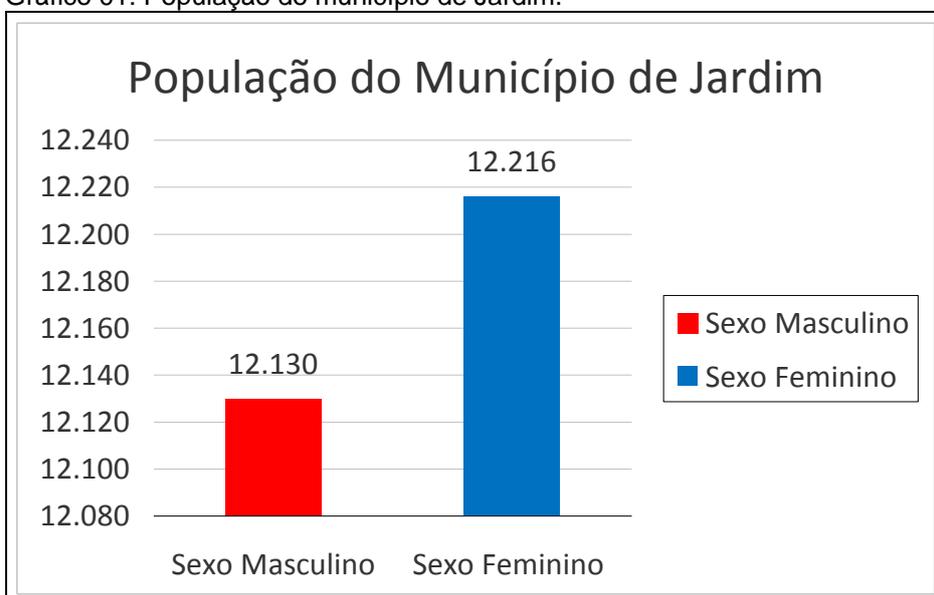
Capitulo IV

Aspectos socioeconômicos e socioespaciais do Distrito de Boqueirão.

Como forma de coleta de dados, a pesquisa foi realizada na forma quantitativa amostral, com o objetivo de identificar e analisar o perfil e o grau de conhecimento da população do Distrito de Boqueirão em relação a situação socioeconômico da comunidade.

Segundo levantamento feito pelo IBGE em 2010, 49,8% da população do município de Jardim é composta pelo sexo masculino e 50,2% do sexo feminino.

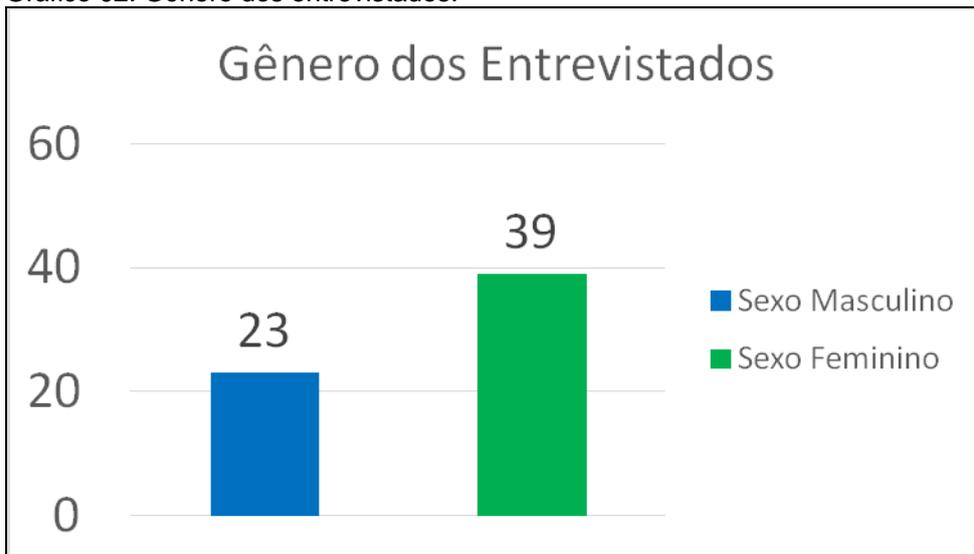
Gráfico 01: População do município de Jardim.



Fonte: IBGE, 2010.

Segundo o IBGE 2010 a população geral do Distrito é de 684 habitantes dentre esses 37% é do sexo masculino e 63% do sexo feminino. Dos 62 entrevistados pela pesquisa 23 são do sexo masculino e 39 do sexo feminino.

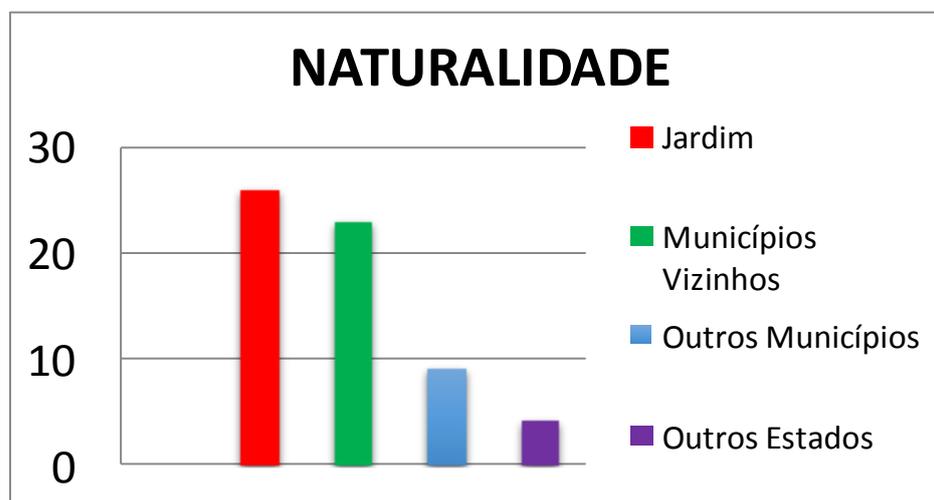
Gráfico 02: Gênero dos entrevistados.



Fonte: Vareiro, 2013

Quando avaliada a naturalidade da poluição de Boqueirão, obtêm-se o resultado que 52% nasceram em Jardim, 46% em outras cidades do estado e dentre as cidades citadas estão Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Aquidauana, Porto Murtinho e Dourados, apenas 2% de outros estados.

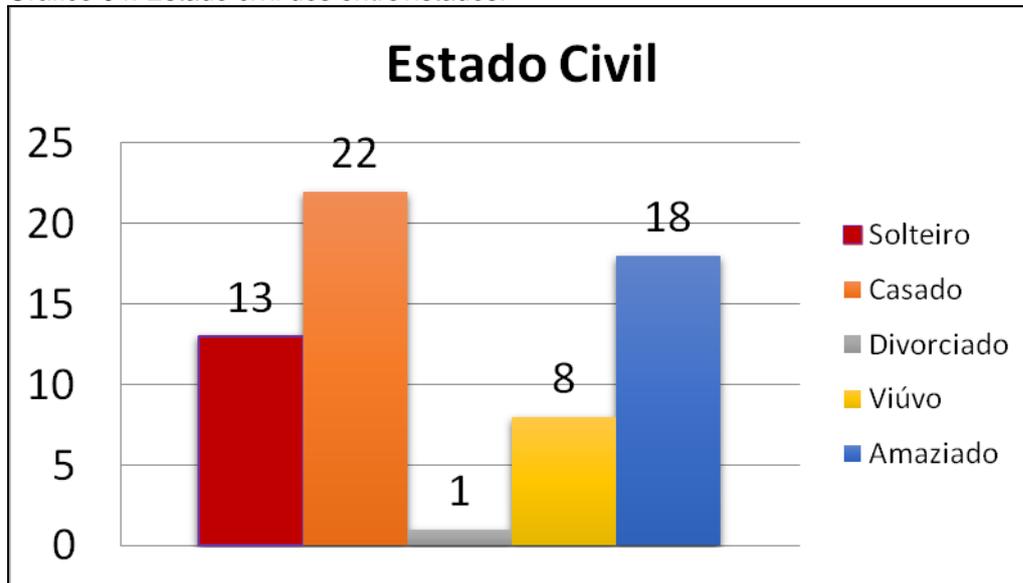
Gráfico 03: Naturalidade dos entrevistados.



Fonte: Vareiro, 2013.

Quando questionados sobre o estado civil 48% declara-se casado, definindo que constituem família e mostrando assim um dos motivos já citados de criar com tranquilidade seus filhos e de permanecerem na localidade, 28% dos entrevistados são solteiros e 18% viúvo, 4% namorando e 2% divorciado.

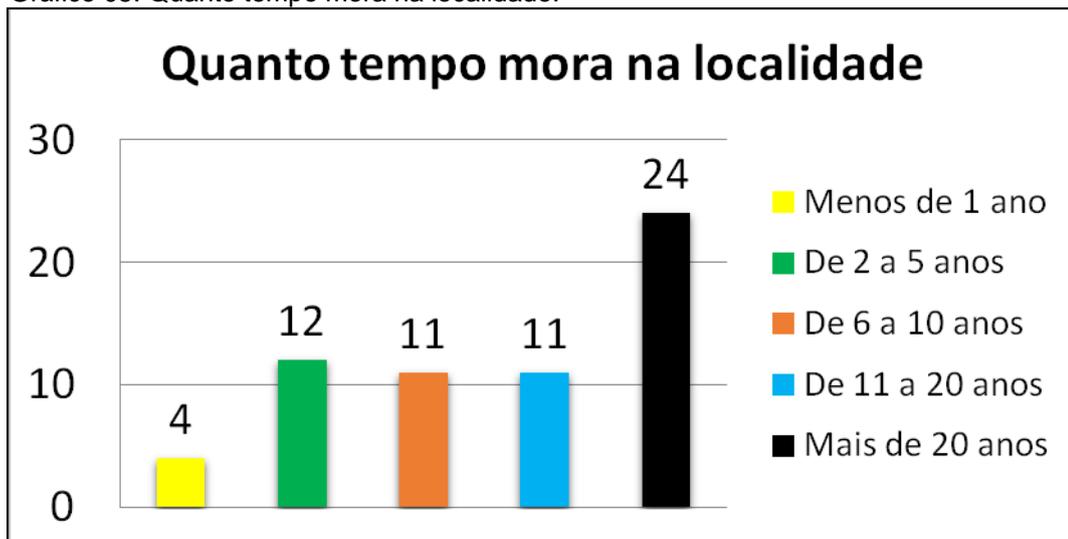
Gráfico 04: Estado civil dos entrevistados.



Fonte: Vareiro, 2013.

No gráfico 5 deve-se dar destaque para os 24 entrevistados da população que representa os que moram na localidade a mais de 20 anos e vai ao encontro das informações citadas anteriormente. Já os 4 que indicam os que residem menos que 1 ano é uma porcentagem baixa da população e indica que não está sendo tão procurada atualmente, e um dos motivos citados é a falta de emprego no local.

Gráfico 05: Quanto tempo mora na localidade.

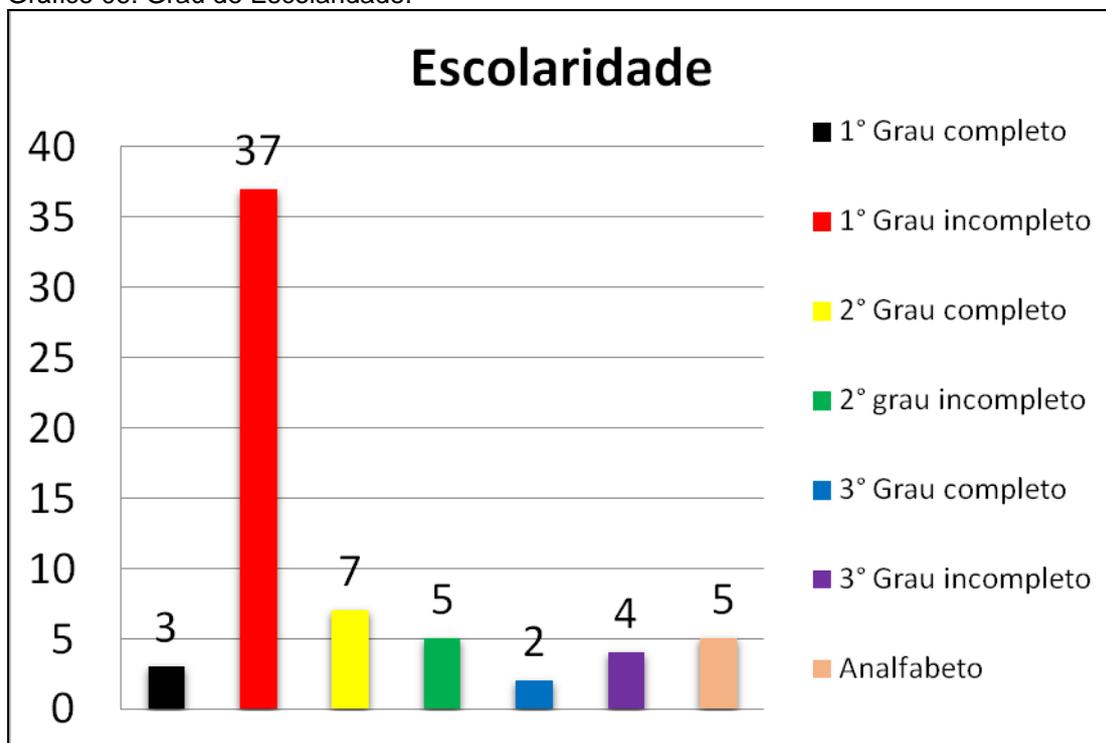


Fonte: Vareiro, 2013.

O grau de escolaridade condiz com a realidade do município que é mais voltada para o rural, onde as pessoas estão preocupadas em trabalhar para sustento

da família e não atingem o ensino superior. 59% dos entrevistados não possuem o primeiro grau completo, 11 % possuem segundo grau completo, 8 % são analfabetos e também simboliza os que possuem segundo grau incompleto. Terceiro grau completo apenas 3 % e 6% possuem terceiro grau incompleto. Isso justifica a renda das famílias, onde os empregos ou/e cargos com maior remuneração são ocupados por pessoas com alto grau de escolaridade, e os que tem baixo grau de escolaridade são obrigados a buscar outros meios de renda, no caso o trabalho informal nas fazendas.

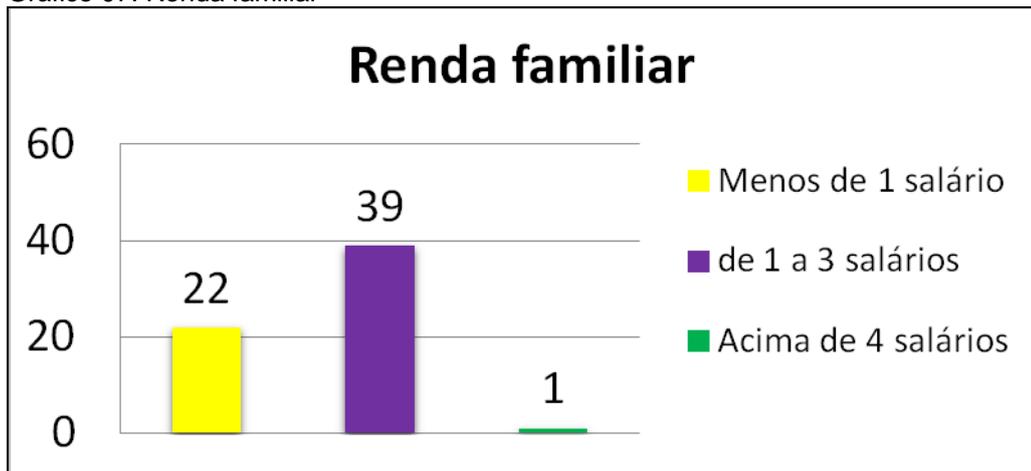
Gráfico 06: Grau de Escolaridade.



Fonte: Vareiro, 2013.

A renda familiar de 1 a 3 salários que correspondem 63% das famílias entrevistadas é ligada ao trabalho rural, sendo essas gerentes de fazendas, capatazes, auxiliares de serviços gerais, diaristas ou empreiteiros, também inclusos nessa estatística os pequenos comerciantes. Os 22 moradores que representam menos de um salário mínimo, são as pessoas que não exercem nenhuma forma de trabalho com carteira assinada, sobrevivendo de pequenas agriculturas de subsistência criação de pequenos animais e auxílios do governo. Os que representam acima de 4 salários são os professores que residem no distrito.

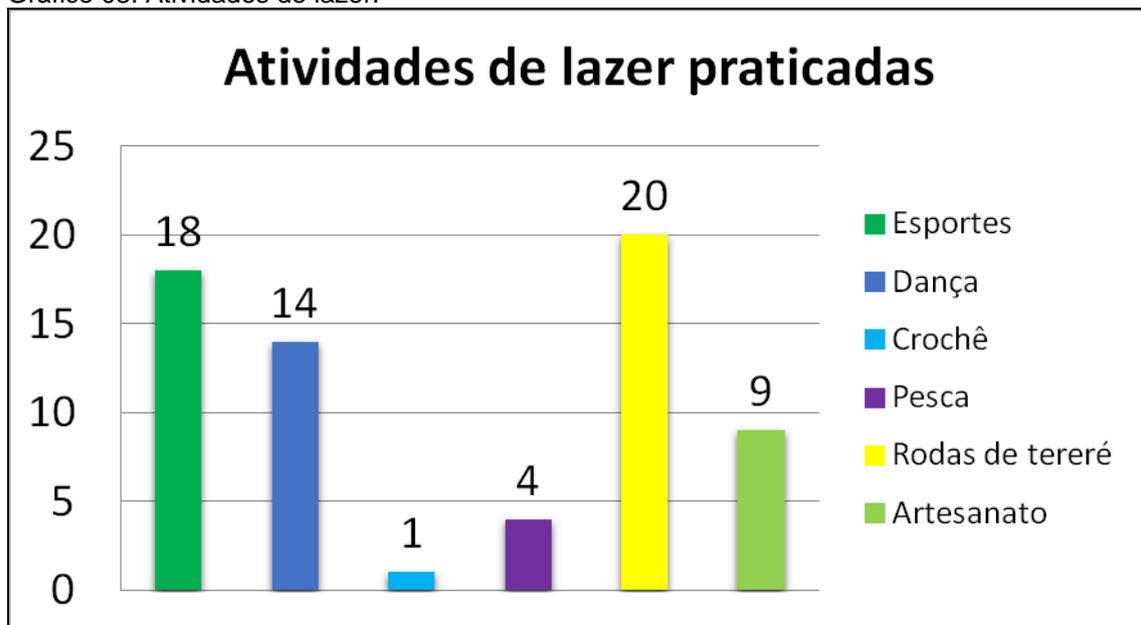
Gráfico 07: Renda familiar



Fonte: Vareiro, 2013.

Dentre as atividades de lazer desenvolvidas pela população de Boqueirão o esporte tem o índice de 27%. Porém 30% dos entrevistados disseram que as rodas de tereré além de ser uma forma de lazer é uma questão cultural herdada dos Paraguaios, visto que a dança representa 21% contemplando as danças de rancheira, polca paraguaia, chamamé e o vaneirão, danças típicas da nossa região. O Artesanato obteve 14%, sendo esse artesanato em osso, madeira e bordado.

Gráfico 08: Atividades de lazer.



Fonte: Vareiro, 2013.

Quando questionados se participam de atividades sociais e comunitárias apenas 39% da população afirma que sim, mas não participam diretamente em decisões ligadas a presidência apenas comparece a reuniões. No entanto 61% diz que não participa de forma alguma das atividade, isso interfere nas relações sociais dos próprios moradores, causando assim um grau de inferioridade nos assuntos pertinentes a questão local, passando despercebido observações relevantes de toda comunidade.

Gráfico 09: Participação em atividades sociais e comunitárias.

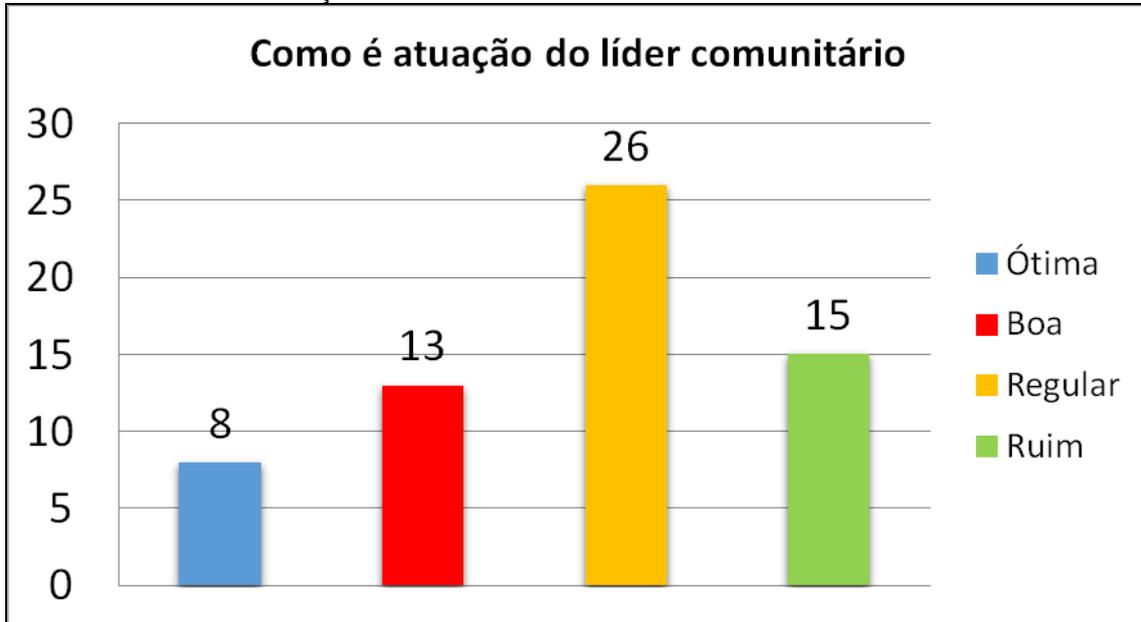


Fonte: Vareiro, 2013.

Somando 42% da população (ver gráfico 10), avaliam como regular a autonomia do líder, pois alguns residem no distrito a pouco tempo e outros moradores antigos também julgam existir a questão política muito forte a frente da comunidade. Apenas 13% afirma ser ótima a autonomia da liderança, somando a minoria dos opinantes dentre esses estão pessoas ligadas politicamente ou tem algum vínculo de amizade com o líder comunitário. Com 24 % foram classificado ruim, muitos destes dizendo que a liderança buscar melhorias, mas não consulta os moradores em geral para saber suas necessidades e opiniões. Os que consideram a autonomia do líder boa representam 21%, alegando que o líder comunitário buscar ajudar a comunidade da melhor forma possível. Uma possível solução para esse

problema seria a representatividade da comunidade por um vereador, fazendo e trazendo ações para o desenvolvimento local que ainda não possui.

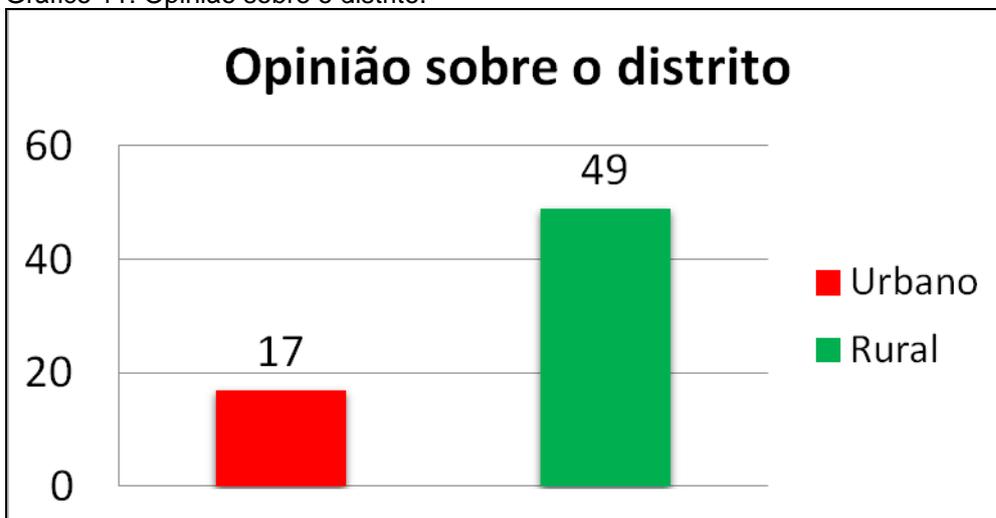
Gráfico 10: Como é a atuação do líder comunitário.



Fonte: Vareiro, 2013.

Quando perguntados sobre a opinião socioeconômica do distrito 74% dos entrevistados disseram que sua classificação é rural, alegando que o distrito não dispõe de infraestrutura suficiente, falta de comércio, presença de chácaras, fazendas e principalmente devido à forma de trabalho exercido pela maioria dos moradores que é ligada a prestação de serviço rural. E 26% diz serem moradores de uma área urbanizada, por ter uma escola, posto de saúde e uma igreja.

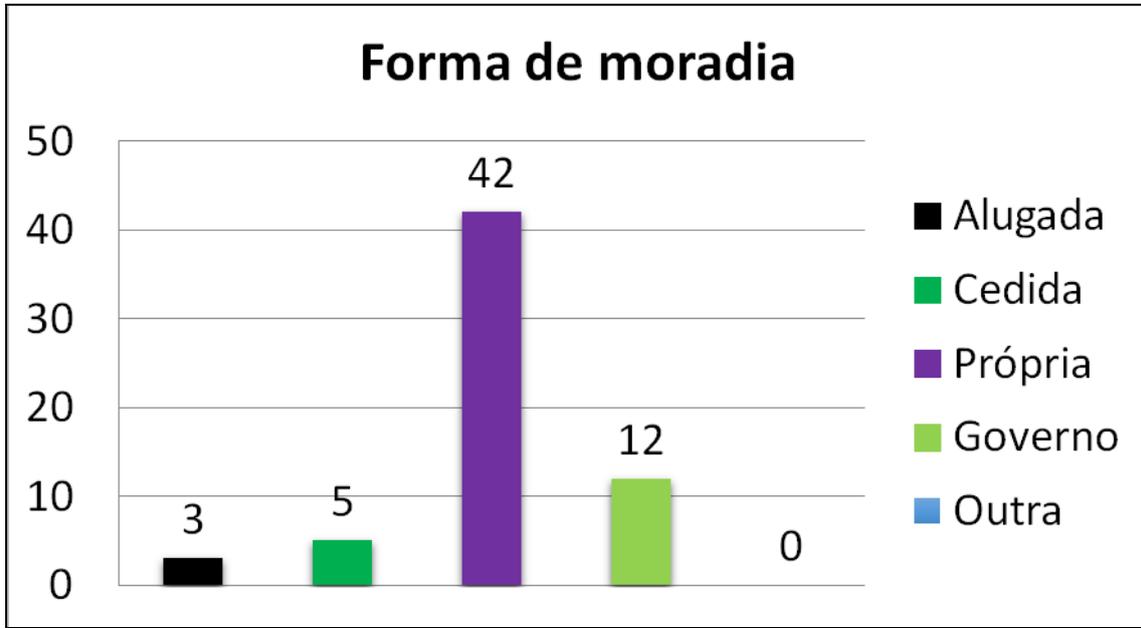
Gráfico 11: Opinião sobre o distrito.



Fonte: Vareiro, 2013.

Em relação à forma de moradia 70% possuem casa própria reforçando a desejo de permanecer no distrito, 20% foi adquirida com contemplações municipais, e ambas com 5% estão às casas alugadas ou cedidas por família.

Gráfico 12: Forma de moradia.



Fonte: Vareiro, 2013

Em relação ao tipo de moradia, 81% são de alvenaria, 11% mista e 8% de madeira. Isso mostra que boa parte dos moradores possui uma casa digna para morar, mas isso não significa que as condições de vida são da mesma procedência. A desigualdade está presente na paisagem do Distrito, pela vestimenta das pessoas humildes e da grande concentração de indígenas que apenas possuem casas governo e não tem condições de sustentabilidade para toda família sendo explicito sua precariedade.

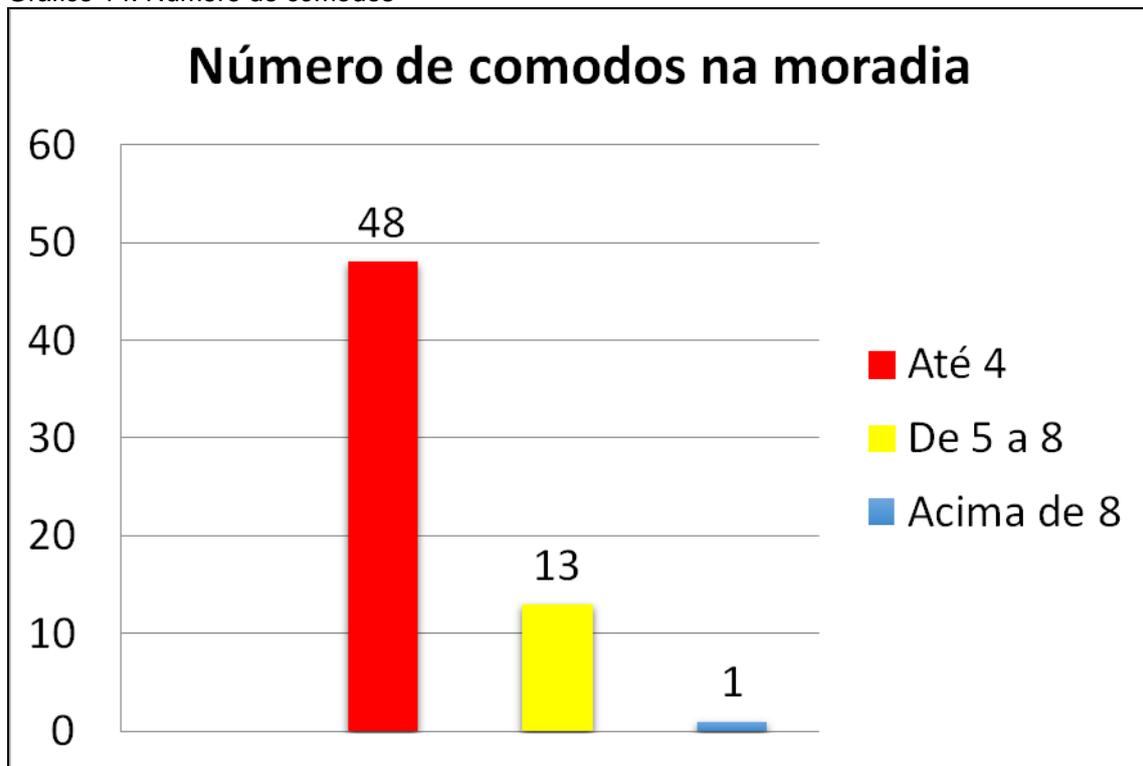
Gráfico 13: Tipo de casa.



Fonte: Vareiro, 2013.

No gráfico 13 comprovamos que 77% das casas possuem até 4 cômodos visto que esses cômodos em alguns casos abrigam vários integrantes, sendo essas casas na maioria feita pelo governo estadual. Representando 21% são as casas de 5 a 8 cômodos que são as casas das pessoas que residem no local há mais tempo e com isso adquiriram condições para ampliação de suas residências. E 2% apresenta casas com mais de oito peças.

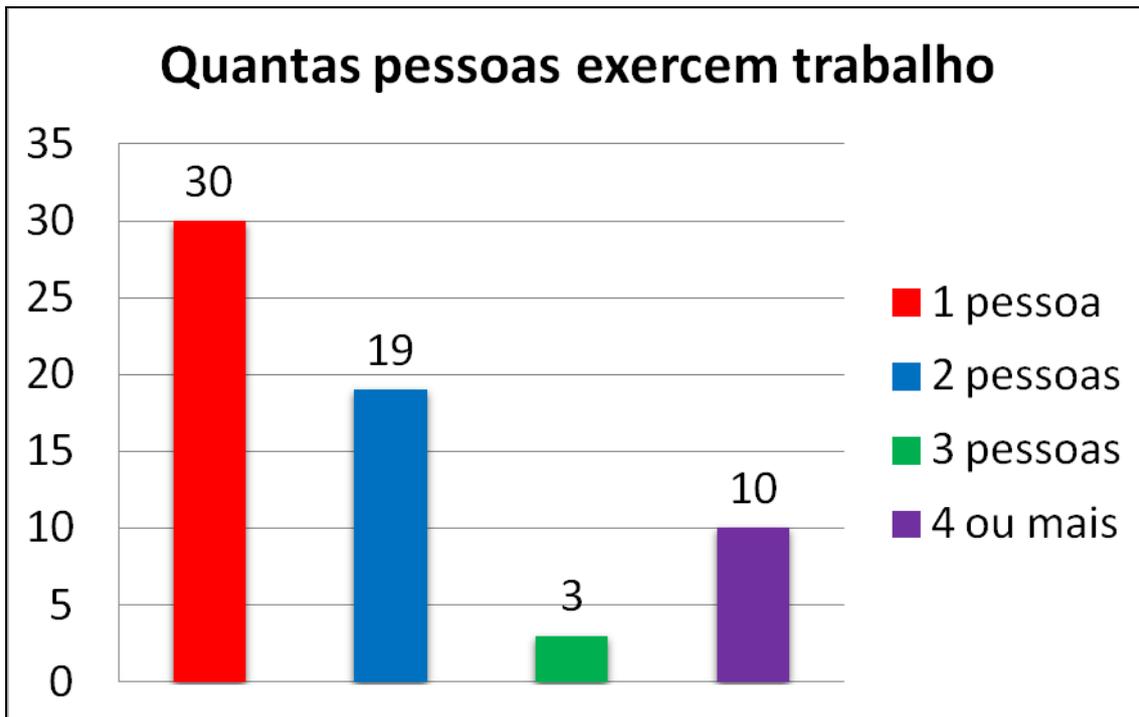
Gráfico 14: Número de cômodos



Fonte: Vareiro, 2013.

Um dado relevante é que 50 % das residências apenas uma pessoa trabalha remunerado, o que afirma a vida difícil das pessoas para manter seus familiares. Já as residências que possuem duas pessoas que trabalham representam 31% justificado pelo trabalho das mulheres na família ou donas de casa. Com 17% que diz respeito as moradias que 4 ou mais trabalham, é devido ao grande número pessoas que trabalham nas fazendas.

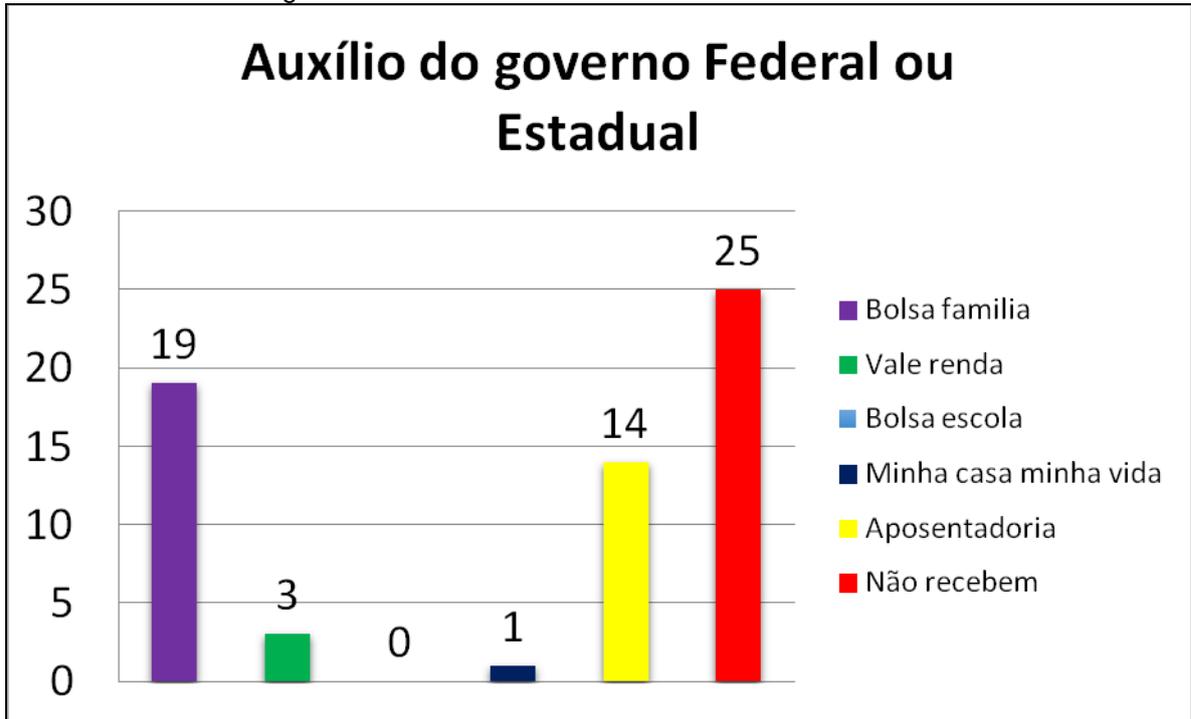
Gráfico 15: Número de pessoas que trabalham



Fonte: Vareiro, 2013.

Dos auxílios que as famílias recebem o mais citado foi a Bolsa Família com 31%, isso mostra que boa parte dos moradores buscam alternativas para melhorar sua renda já que a falta de emprego é a maior dificuldade no local. Os aposentados apresentaram 22% dos auxílios, tendo assim um alto índice de idosos. E 5 % dos entrevistados recebem Vale Renda, 2 % alegaram receber do governo suas moradias. Com o percentual de 40% a maioria dos entrevistados disse não receber nenhuma forma de auxílio do governo estadual ou federal.

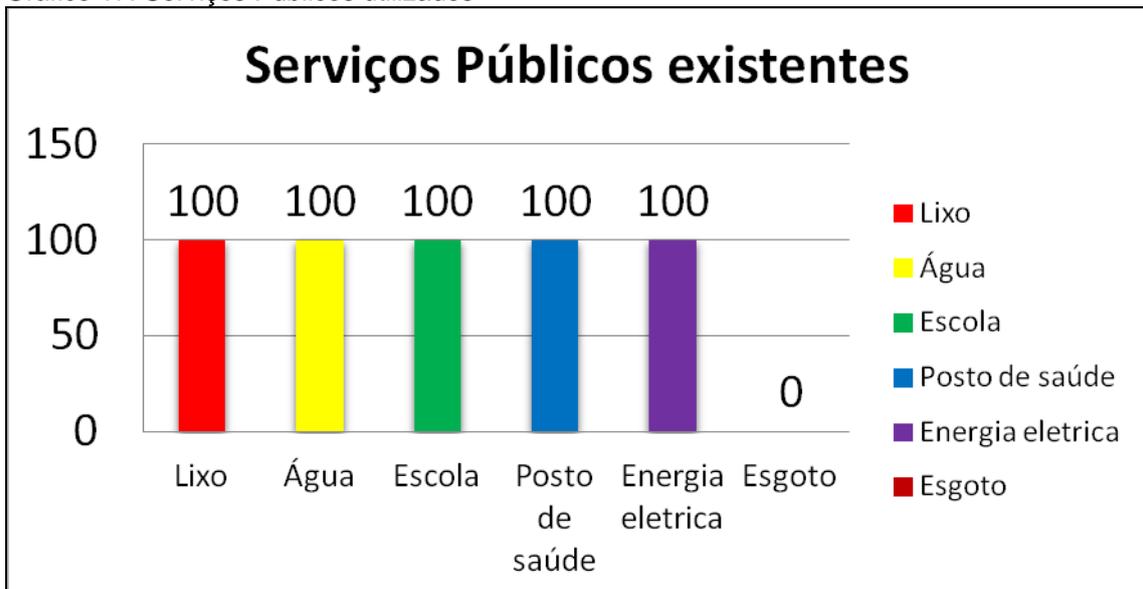
Gráfico 16: Auxílios do governo Federal ou Estadual



Fonte: Vareiro, 2013.

Dos serviços públicos utilizados como, água, lixo, escola, posto de saúde, energia elétrica, tiveram um percentual de 100%, podemos dizer que todos os serviços básicos de uma comunidade estão sendo executados menos o serviço de esgoto inexistente na localidade.

Gráfico 17: Serviços Públicos utilizados



Fonte: Vareiro, 2013.

No que diz respeito ao tratamento de esgoto o mais utilizado é a fossa 61%, em seguida fossa filtro com 28%, 11% fossa sumidouro. Uma rede de esgoto ajudaria no combate as doenças e poluição do solo por esses resíduos.

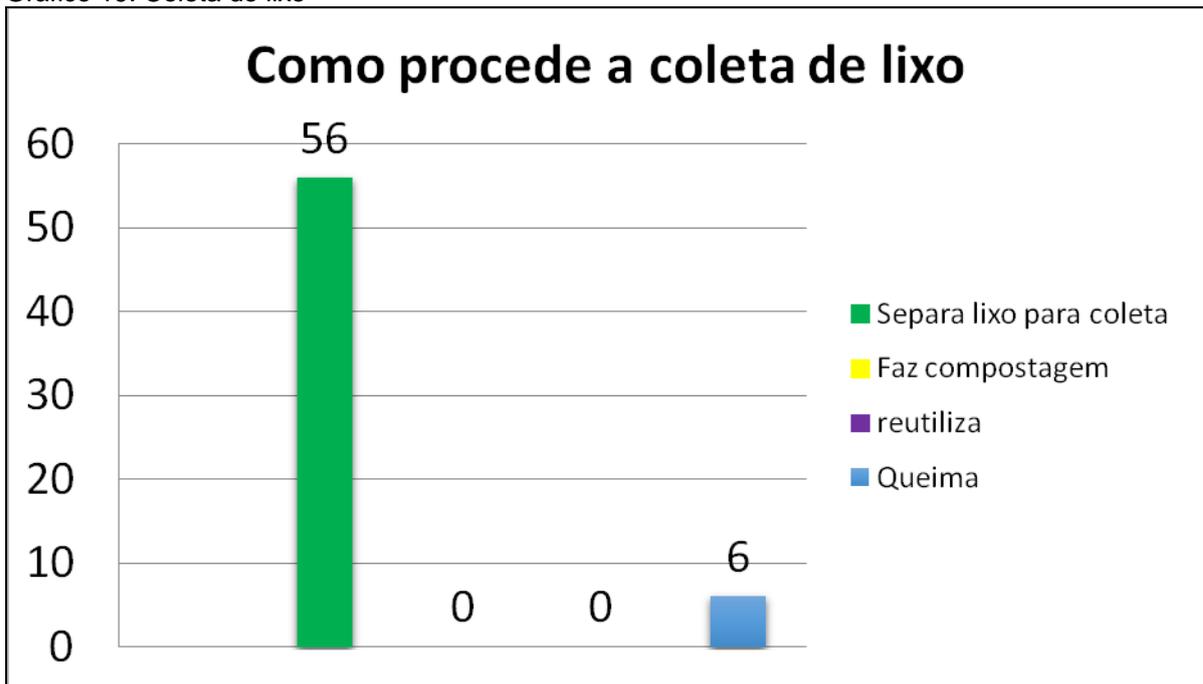
Gráfico 18: Dispersão do esgoto.



Fonte: Vareiro, 2013.

Sobre o processo de coleta do lixo, 90% dos entrevistados separam o lixo para coleta, isso mostra que é disponibilizado pelo município o caminhão para coleta que é feita apenas uma vez por semana. Apenas 10% ainda queima o lixo produzido em suas residências.

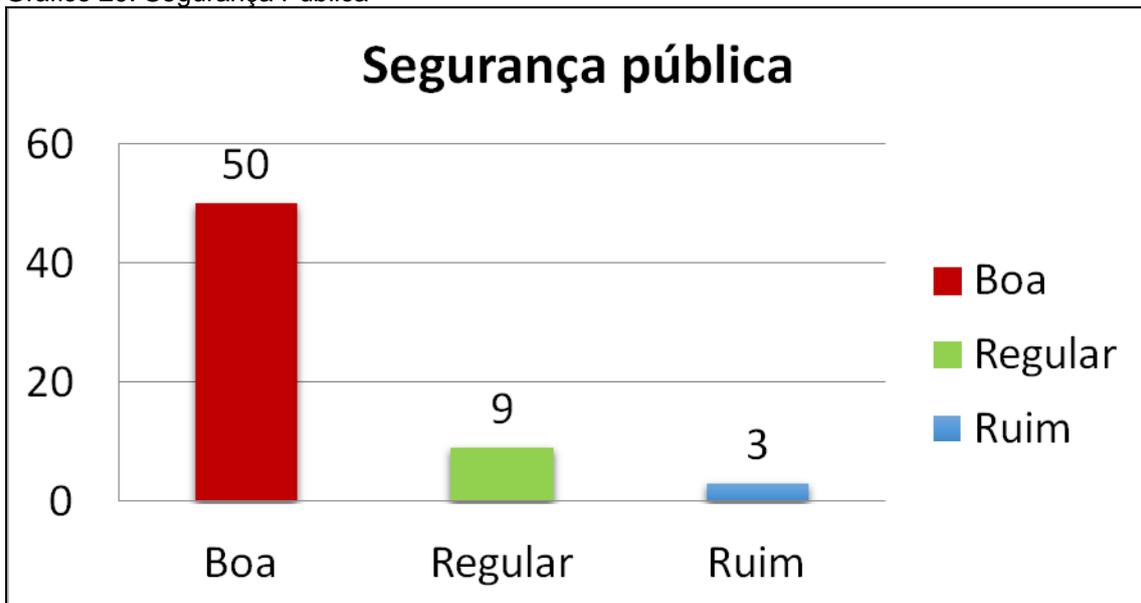
Gráfico 19: Coleta do lixo



Fonte: Vareiro, 2013.

A segurança pública obteve 44% classificada como regular 41% boa e 15% ruim. Essa classificação não obteve 100% como boa devido a poucos policiais de serviço na localidade, tornando difícil o monitoramento da rodovia que liga Jardim/Bela Vista, já que os mesmos fazem barreira policial em períodos de grande circulação de veículos vindos da fronteira com o Paraguai. Os moradores alegam ainda que falta equipamento e estrutura para a guarnição local, justificando que para se ter uma segurança de qualidade tem que estrutura de qualidade.

Gráfico 20: Segurança Pública



Fonte: Vareiro, 2013.

De acordo com a pesquisa existe o policiamento fixo no distrito em forma de destacamento militar e sua presença é de 100%.

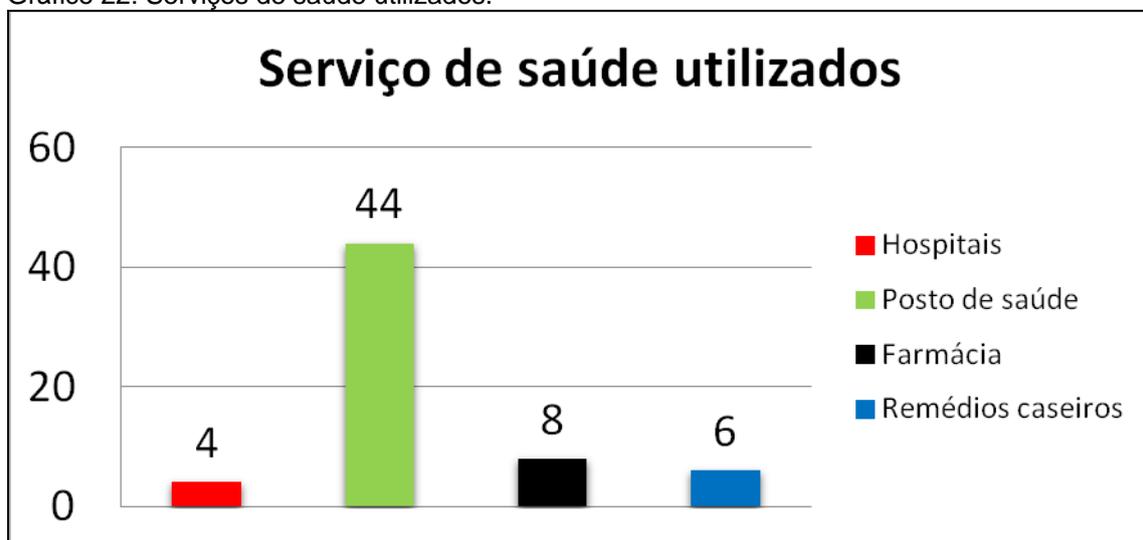


Gráfico 21:
Policiamento.

Fonte: Vareiro, 2013.

Em relação a saúde, o serviço mais procurado é o de farmácia com 38%, tendo em vista que o distrito não as possui, os remédios são comprados nas farmácias da cidade de Jardim. Por se ter grande dificuldade em adquirir remédios na hora que necessitam, 28% aderem ao uso de remédios caseiros sendo essa uma característica cultural herdada dos Paraguaiois e dos Índios. O hospital teve uma porcentagem de 19%, sendo esse usado somente quando não há mais recurso no local. E 15% dos entrevistados disseram fazer uso do posto de saúde, onde se teve algumas queixas a respeito do atendimento médico. Isso se contrasta com a falta de estrutura e precariedade dos serviços sociais da comunidade, sendo esse um descaso do poder público municipal.

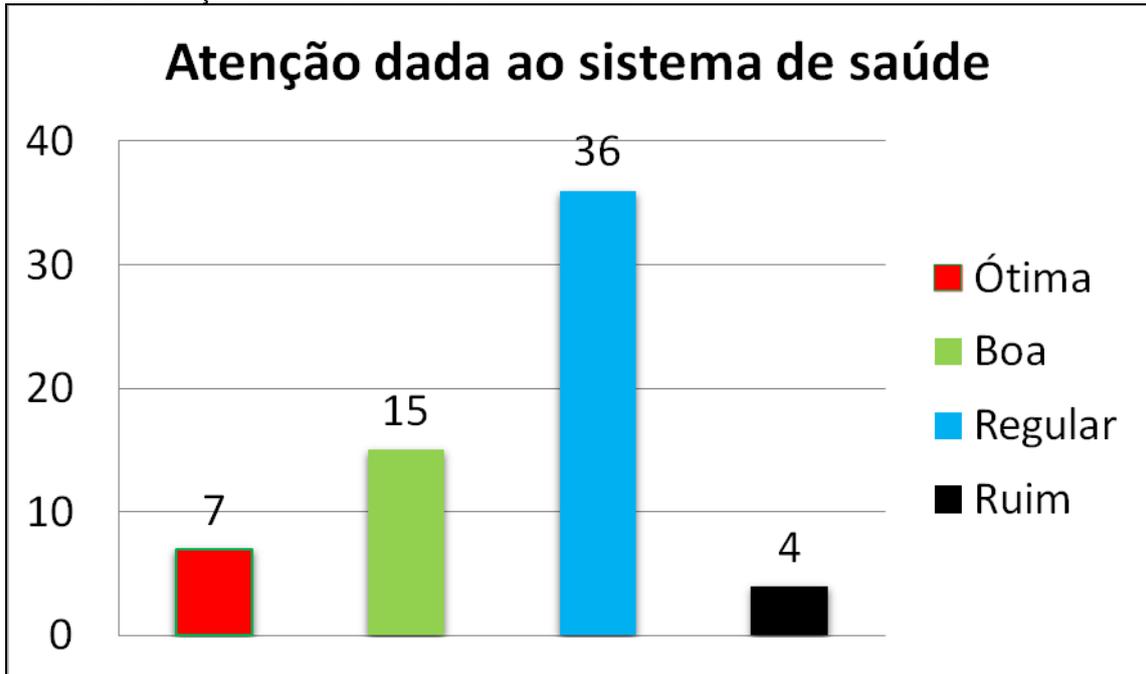
Gráfico 22: Serviços de saúde utilizados.



Fonte: Vareiro, 2013.

Esse gráfico mostra a atenção dada ao sistema de saúde local, onde podemos perceber que 58% dos entrevistados classificaram a atenção dada do município em relação ao distrito como regular, por se sentirem prejudicados em não ter um médico fixo no local que possa ajudar os moradores na hora que necessitam 24% classificam como boa devido às melhorias nas instalações do posto de saúde, 11% diz que está ótimo por não precisarem diretamente do atendimento do posto de saúde e que muita coisa já foi feita pelo sistema de saúde local e por fim 7% dos entrevistados disseram que a atenção dada ao sistema de saúde é ruim, falta principalmente uma ambulância que foi prometida e até o momento não foi entregue, além da falta de remédios e acesso para cadeirantes.

Gráfico 23: Atenção dada ao sistema de saúde local



Fonte: Vareiro, 2013.

Capítulo V

Considerações Finais

O levantamento dos dados do município de Jardim e especificamente o seu Distrito de Boqueirão, foi resultado de alguns meses de pesquisa do acadêmico, com o objetivo de fazer uma análise do Aspecto socioeconômico do Distrito de Boqueirão.

Distrito trata-se de uma subdivisão administrativa de um município, no trabalho descrito tratamos do Distrito de Boqueirão, pertencente a cidade de Jardim no Mato Grosso do Sul. Boqueirão está distante cerca de 30 Km do centro da cidade e tem sua economia baseada na agropecuária e prestação de serviço rural.

Para nortear as informações pesquisadas e ter embasamento teórico foi utilizado e analisado o Plano Diretor do município de Jardim-MS em relação ao seu Distrito de Boqueirão. Segundo a ABNT:

Plano diretor é o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteador a ação dos agentes públicos e privados. (ABNT, 1991)

Como uns dos objetivos descritos no Plano Diretor da Cidade destaca-se que:

O Plano Diretor Municipal de Jardim tem como objetivo central assegurar o bem-estar de seus habitantes, a partir da promoção do desenvolvimento sustentável, do ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, do município e do seu entorno.

A partir dessa premissa a situação atual o Distrito de Boqueirão está na contra mão do planejado, sendo esquecido pelo poder público, sem investimentos em melhorias, saúde e geração de empregos. A população residente na localidade afirma que gosta de viver na tranquilidade do distrito porém não vê um futuro bom para suas gerações futuras. Adolescentes que necessitam estudar precisam ir para outras cidades ou até mesmo Jardim para ter um ensino de superior, pois na localidade existe apenas o ensino fundamental.

Seguindo a ideia do plano diretor a classificação dada a Boqueirão é de característica urbana, porém, é classificado pelos moradores como rural pela falta de estrutura e serviços.

Para aplicar a pesquisa primeiramente foi analisado o plano diretor municipal em relação ao distrito, nele as questões estruturais e sociais são analisadas corretamente contendo o olhar dos próprios moradores da comunidade, o plano diretor busca soluções para os problemas apresentados pelos moradores engajando e apresentando os resultados pertinentes. A sua divisão em zonas facilitou para a administração pública municipal analisar as necessidades da comunidade, mas isso não se reflete na realidade do Distrito, a comunidade salienta que o poder público não interage efetivamente nos problemas do local.

O líder comunitário tem um papel fundamental para o acesso as informações e problemas da comunidade sendo ele o responsável pelo repasse das mesmas. A comunidade alega que o líder tem interesse nas questões de parte dos moradores, e seu trabalho tem um grau de interesse político para se manter à frente da representatividade do Distrito, mas não interage de uma forma geral, as reuniões para discutir aspectos da comunidade são abertas mas as decisões são tomadas internamente. Descontentes com essa situação foi criada outra comissão para tentar contemplar uma ampla participação da comunidade frente aos seus problemas.

Nesta pesquisa foi possível saber sobre a estrutura urbana, social e econômica do Distrito de Boqueirão, visto que o problema central é a falta de participação do poder público, pois ele é o órgão fomentado para discutir, analisar e solucionar da melhor forma possível suas necessidades, isso implica em todos os problemas apresentados, visto que as condições sobre a saúde, economia, habitação, lazer e infraestrutura serão solucionados a partir do momento em que o poder público estiver a par de tudo, para isso ocorrer da melhor forma possível é preciso alimentar a comunidade com informação, buscar conciliar a forma de vida da comunidade do Distrito de Boqueirão com os processos característicos do próprio local em questão, enriquecendo o conhecimento sobre suas potencialidades e viabilizando condições para seu desenvolvimento, refletindo assim em melhores condições de vida da comunidade.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 197-245.
- BUSCIOLI, R.R. **Estratégias de Crescimento Polarizado e sua Relação com (re) Produção do Espaço Sul Mato-Grossense**, 2010.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ed Ática, 1994.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano** . 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- IBGE** - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas
- LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande : articulações espaço-temporais**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp/FCT, Presidente Prudente, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona: Península, 1991.
- MOURA, M.M. **Camponeses**, ED Atica, 1986.
- MOREIRA, Ruy. **Repensando a Geografia**. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.
- MIRALHA, Wagner. **Questão Agrária Brasileira: Origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 9, nº 8. p. 151-172. Jan/Jun.2006.
- OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- PERROUX, F. **O conceito de pólo de crescimento**. 1970. In: _____. FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização : relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 98-110.
- QUEIROZ, P. R. C. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul Divisionismo e Identidade**. 2005 (não publicado).
- ROLIM. Cássio, F.C (2006) **Urbanização: Cidades, Desenvolvimento, Sistemas Urbanos**, Curitiba.

RUA, J. **Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades**. In: CAMPO-TERRITÓRIO : Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=1#Artigos>. Acesse em 10 de outubro de 2006.

REIS, D. S. **O Rural e o Urbano no Brasil**. In: Caderno de Geografia . Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em http://www.pucminas.br/documentos/geografia_25_art05.pdf?PHPSESSID=75cee36ce23a6ac93a4611de7efe08a9. Acesso em 10 de outubro de 2006. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006 .

SANSON. João Rogério, **O estado e a concentração urbana**, Textos de Economia, Revista UFSC, vol. 9, Num. 2, Florianópolis, p. 09-30, jul/dez.2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço** : Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI** . 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. 155p

SILVA, J.G. **O novo rural Brasileiro**. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

SOARES, P. R. **Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil**. In: SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. B.. SOBARZO, O. (Orgs.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional . 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).

SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: USP, 2003.

VILELA, Anibal e SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e crescimento da economia brasileira 1889 - 1945**, IPEA, Série Monografias, no. 10, 1973.

VILLAÇA, F. **A recente urbanização brasileira**. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) Urbanização Brasileira: redescobertas . Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=500500&search=mato-grosso-do-sul|jardim|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. ACESSO EM 25/10/13 AS 16.

APÊNDICE

